



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

PAULA IZABELLY DE OLIVEIRA GOMES
VALDOMIRO MAKSON COSTA JARDIM

**A ACESSIBILIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DE ALUNOS
SURDOS E CEGOS NO ESPAÇO ESCOLAR**

MACEIÓ
2023



PAULA IZABELLY DE OLIVEIRA GOMES
VALDOMIRO MAKSON COSTA JARDIM

**A ACESSIBILIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DE ALUNOS
SURDOS E CEGOS NO ESPAÇO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Geografia da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Kinsey Santos Pinto

MACEIÓ

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Betânia Almeida dos Santos CRB-4 – 1542

G633a Gomes, Paula Izabelly de Oliveira.

A acessibilidade no ensino de geografia: uma análise de alunos surdos e cegos no espaço escolar / Paula Izabelly de Oliveira Gomes, Valdomiro Makson Costa Jardim. – 2023.

64f. : il. color.

Orientador: Kinsey Santos Pinto.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia: Licenciatura) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 57- 62.

Apêndice: f. 63- 64.

1. Ensino de geografia – Estudo e aprendizagem . 2. Educação inclusiva. 3. Inclusão escolar. 4. Acessibilidade I. Jardim, Valdomiro Makson Costa. II. Título.

CDU: 372.891 : 376

Dedico esse trabalho à minha irmã Nikaelle Costa Jardim (in memoriam) a quem agradeço imensamente pelo apoio e incentivo em minha vida e nos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às nossas famílias, especialmente aos nossos pais, Marineide de Oliveira e José Gomes; Nauzete Costa e Valdomiro Pontes, que nos incentivaram a continuar com nossos objetivos.

Ao nosso orientador, Professor Dr. Kinsey Santos Pinto, pela atenção, paciência e contribuição nas aulas e orientação e que sempre nos motivou a não desistir da educação.

Agradecemos ao Professor Dr. Avelar Araújo Santos Júnior e à Professora Laís Susana de Souza Gois pela leitura e análise na banca de qualificação.

Ao Grupo de Estudos em Espacialidades e Cultura da Universidade Federal de Alagoas – Geecult, na qual pudemos compartilhar as experiências sobre as temáticas da Geografia Emocional e Cultural, buscando aperfeiçoar nossa pesquisa.

Agradecemos à Faculdade de Letras Libras da Universidade Federal de Alagoas que proporcionou conhecimento no universo das diferentes línguas de sinais, principalmente Libras, e toda comunidade surda, partindo assim do curso básico I ao avançado. Ao Núcleo de Acessibilidade da Ufal – NAC, pela oportunidade de conhecer e fazer parte desse importante projeto dentro da instituição.

Aos professores de Libras, Mayara Silva, Jéssica Cedrim, Mesaque Junior, Nágib Mendes e Thiago Bruno. Aos amigos que contribuíram na aprendizagem da Libras, Marília Queiroz, Luana Evellyn, Sâmila Mota, Vinícius Leonel e Carol Gomes.

Às minhas amigas do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDema, Kallyne Teixeira, Bianca Souza, Valdenia Rodrigues, Luana Tavares e Patrícia Silva, que tornaram a correria do dia a dia mais leve.

Às minhas amigas, Laís Lima, Mônica Gonçalves, Carol Souza, Alicia Cyntia, Mariana Araujo e Julia Carvalho, que participaram desde o início na escola até a graduação em diante.

Aos meus irmãos, Paulo, Polly e Pâmela que sempre acreditaram no meu potencial. E aos meus sobrinhos, João Eduardo, Maria Yasmim e Davy Miguel que foram meu porto seguro e que nunca desistem da educação.

Agradecemos aos coordenadores do Núcleo de Acessibilidade da Ufal, Antonyone Borges, Danielly Spósito, Jean Bernardo e Katianne de Lima, pelas instruções e conhecimentos que mostraram um pouco do mundo da acessibilidade.

Aos colegas bolsistas do NAC e do Laboratório de Acessibilidade - LAC, agradeço especialmente as amigas de Edenise Nascimento e Rayane Ferreira pelas manhãs descontraídas que faziam o trabalho mais divertido.

Aos colegas do IGDema, Lucas Teixeira e Ramon Santana por compartilharem comigo bons momentos de aprendizagem ao longo dessa graduação.

À minha sobrinha Natália Costa, que sem ela minha vida não seria a mesma e espero que a educação seja um dos seus principais passos para um futuro brilhante. E ao meu amigo de infância Anderson Silva pela cooperação e motivação.

"A surdez é um país sem um lugar próprio. É uma cidadania sem origem geográfica."
(WRIGLEY, 1996)

RESUMO

É perceptível o aumento da sociedade em ser anticapacitista, no mundo atual não podemos viver com essas atitudes preconceituosas, e o ambiente escolar é o local propício para iniciar esse comportamento. O ensino de Geografia nos possibilita trabalhar de forma ampla alguns tópicos que abordam a sociedade e a natureza como um todo. Ser anticapacitista é ser a favor da inclusão, da acessibilidade e existe um grande potencial de incluir aulas de Geografia com acessibilidade, dando destaque para alunos surdos e cegos. A utilização de recursos didáticos que são facilmente utilizados por todos os alunos, pode facilitar a adaptação desses materiais para utilização com surdos e cegos, como por exemplo, mapas, imagens, maquetes, globo, vídeos, etc, portanto, para a existência de uma aula inclusiva, todos têm de se sentir parte daquele ambiente escolar. Vivenciar a realidade do aluno é uma parte importante do ensino de Geografia, assim como usar conceitos geográficos tal qual lugar, paisagem, região, esses conceitos podem influenciar no entendimento das emoções assim como também da cultura. Esta pesquisa tem como abordagem a acessibilidade e o ensino de Geografia, com o objetivo investigar e analisar os desafios do ensino de Geografia para alunos surdos e cegos. Um trabalho qualitativo, utilizando uma pesquisa bibliográfica de referencial teórico, com a escolha de artigos científicos publicados em periódicos e anais, assim como Trabalhos de Conclusão de Curso (monografias, dissertações e teses).

Palavras-chave: Educação; Geografia; Acessibilidade; Emoção; Cultura.

ABSTRACT

It is noticeable the increase of society in being anti-capacitist, in the current world we cannot live with these prejudiced attitudes, and the school environment is the propitious place to start this behavior. The teaching of Geography allows us to work broadly on some topics that address society and nature as a whole. To be anti-capacitist is to be in favor of inclusion, accessibility and there is great potential to include Geography classes with accessibility, highlighting deaf and blind students. The use of didactic resources that are easily used by all students can facilitate the adaptation of these materials for use with deaf and blind people, such as maps, images, models, globe, videos, etc. inclusive class, everyone has to feel part of that school environment. Experiencing the student's reality is an important part of teaching Geography, as well as using geographic concepts such as place, landscape, region, these concepts can influence the understanding of emotions as well as culture. This research approaches accessibility and the teaching of Geography, with the objective of investigating and analyzing the challenges of teaching Geography for deaf and blind students. A qualitative work, using a bibliographical research of theoretical reference, with the choice of scientific articles published in periodicals and annals, as well as Course Completion Works (monographs, dissertations and theses).

Keywords: Education; Geography; Accessibility; Emotion; Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa urbano da área da pesquisa.....	21
Figura 2	- Mapa conceitual.....	22
Figura 3	- Lupa eletrônica.....	26
Figura 4	- OrCam.....	27
Figura 5	- Globo tátil.....	28
Figura 6	- Faculdade de Letras Libras - Ufal.....	32
Figura 7	- Hugo e Maya no aplicativo <i>Hand Talk</i>	33
Figura 8	- Máquina de escrever Braille.....	35
Figura 9	- Impressora Braille.....	36
Figura 10	- Núcleo de Acessibilidade no CIC e Laboratório de Acessibilidade na Biblioteca Central - Ufal.....	38
Figura 11	- Perfil de um solo.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela	-	Interação nos conceitos - Assimilação, Acomodação e Adaptação	46
1			

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aappe	Associação de Amigos e Pais de Pessoas Especiais
Acerp	Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto
AEE	Atendimento Educacional Especializado
Asal	Associação de Surdos de Alagoas
ASL	American Sign Language
ASM	Associação dos Surdos de Maceió
CAS	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CIC	Centro de Interesse Comunitário
CIL	Centro de Interpretação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Feneida	Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos
Feneis	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FLCB	Fundação para o Livro do Cego no Brasil
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
IRES	Instituto Bilíngue de Qualificação e Referência em Surdez
LAC	Laboratório de Acessibilidade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Libras	Língua Brasileira de Sinais
NAC	Núcleo de Acessibilidade
PCD	Pessoa com deficiência
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TA	Tecnologia Assistiva
Ufal	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	O ENSINO DE GEOGRAFIA E SEUS CONCEITOS.....	17
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3	INCLUSÃO E GEOGRAFIA.....	23
3.1	Atendimento Educacional Especializado.	24
3.2	Educação para surdos no Brasil.....	29
3.3	Educação para cegos no Brasil.....	34
3.4	Uma Geografia inclusiva.....	39
4	GEOGRAFIA EMOCIONAL E CULTURAL.....	43
4.1	Cultura surda.....	48
4.2	Cultura cega.....	50
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE A - OFICINA: O SOLO E SUAS CLASSIFICAÇÕES E	
	MÚLTIPLAS FUNÇÕES.....	63

INTRODUÇÃO

A Geografia é uma importante ciência, pois desempenha um papel fundamental nos desafios globais na atualidade como mudanças climáticas, desigualdades sociais e econômicas, crescimento populacional e muitas outras. O que acaba não sendo muito difundido é que com a Geografia é possível ir além, podemos também explorar e estudar a cultura de um povo, juntamente com suas emoções e como elas são influenciadas no ambiente. Utilizamos essas ideias e pensamos em como seria possível incluir no ambiente escolar para alunos surdos e cegos.

A acessibilidade procura garantir igualdade de acesso e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua capacidade, seja ela física, sensorial ou cognitiva. E a acessibilidade vai além do acesso físico, abrangendo também a acessibilidade digital, como tecnologias adaptativas, sites, aplicativos, com a disponibilização de textos e legendas em vídeos, gravadores de áudios, leitores de telas, etc.

Por isso a garantia de direito na inclusão de Pessoas com Deficiências é importante, pois não só melhora a qualidade de vida para elas, mas também para toda uma sociedade, já que estamos em busca de um mundo mais igualitário e acessível.

A partir do ensino de Geografia é possível os alunos aprenderem a interpretação de mapas, explorar as relações entre diferentes culturas e sociedades, propondo também uma consciência crítica sobre o ambiente e os problemas globais, permitindo assim que os alunos possam explorar e compreender o mundo que os cerca. Por essa abordagem, o ensino de Geografia pode ser bem explorado por alunos surdos e cegos, motivado pela utilização de mapas, maquetes, vídeos, imagens, dentre outros.

O tema do trabalho apresentado será pautado em ensino de Geografia e acessibilidade, com o título **“A Acessibilidade no Ensino de Geografia: Uma análise de alunos surdos e cegos no espaço escolar”**. Com o objetivo de investigar e analisar os desafios do ensino de Geografia para alunos surdos, cegos e com baixa visão. Na busca de discutir a educação inclusiva, e em conjunto com professores de Geografia, dialogar acerca do processo de ensino e aprendizagem para esses alunos surdos e cegos. E também abordar sobre a Geografia Emocional e Cultural voltados para surdos e cegos no espaço escolar.

A decisão da escolha do tema partiu da nossa curiosidade, juntamente com a realização de cursos (projeto de extensão) do básico, intermediário e avançado de Libras - na Casa de Cultura e Expressão Visuogestual (CCEV) - realizados no Espaço Cultural Salomão de Barros Lima da PROEX/Ufal, localizado na Praça Sinimbu, no Centro de Maceió. E o

trabalho como bolsista durante dois anos, relacionado a adaptação de materiais para cegos e pessoas com baixa visão no Campus A. C. Simões, realizado no Núcleo e Laboratório de Acessibilidade da Ufal.

Decidimos realizar uma oficina em duas escolas escolhidas, foi elaborado um plano de aula com o tema “O solo e suas classificações e múltiplas funções”, com o objetivo de compreender o solo e a sua importância para a sociedade. A elaboração dessa oficina acompanha o desenvolvimento de motivação, apresentação, ação e resultado.

Os capítulos foram organizados e desenvolvidos de maneira a traçar um contexto com base na Geografia e seus conceitos, seguido juntamente com alguns aspectos na educação para pessoas surdas e cegas, destacando a inclusão na Geografia e também o envolvimento emocional e cultural dessas pessoas.

No capítulo 1, “O ensino de Geografia e seus conceitos”, aborda primeiramente as categorias geográficas como região, território, lugar e paisagem, e como retratá-las no ensino, utilizando conceitos de alguns autores.

O capítulo 2, destaca de forma específica a metodologia utilizada durante a pesquisa do trabalho, com artigos, dissertações, monografias, entre outros. Aborda também os objetivos, em conjunto com o mapa urbano da área da pesquisa escolhida, detalhando os locais visitados, finalizando com um mapa conceitual, apresentando breves destaques de pontos chaves desenvolvidas durante o trabalho, como inclusão, cultura, emoções e ensino de Geografia.

O terceiro capítulo apresenta conceitos e leis que abordam a inclusão na sociedade, na escola e na Geografia. Expondo sobre a existência e importância do Atendimento Educacional Especializado e como o professor pode utilizar a seu favor o AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, quando disponível, usando Tecnologia Assistiva, para alunos surdos, cegos e com baixa visão.

Evidencia a educação de surdos no Brasil, destacando espaços culturais e educacionais em Maceió, a utilização da Libras e Tecnologia Assistiva. Trata sobre a educação de cegos no Brasil, evidenciando a importância do Braille, salientando espaços educacionais para esse público em Maceió.

É apontado também, quais são as metas e estratégias em Alagoas e Maceió do Plano Estadual de Educação e do Plano Municipal de Educação, voltados para Pessoas com Deficiências. E por fim, frisando a Geografia como ciência e ensino e a existência da possibilidade de ser utilizada a favor da inclusão.

O capítulo 4 “Geografia emocional e cultural”, salienta sobre o papel das emoções e da cultura na sociedade e seu fundamental papel para o público alvo do nosso trabalho.

Utilizando autores relevantes e pontuando algumas características culturais e emocionais das pessoas surdas e cegas.

1 O ENSINO DE GEOGRAFIA E SEUS CONCEITOS

O ensino de Geografia como conhecemos hoje é recente, datado no século XIX. Apesar de ser "novo", ensinar Geografia no mundo atual acaba se tornando um método com cada vez mais dificuldades, já que vivemos em um mundo de rápidas mudanças, principalmente pelo alto consumo virtual, e também pelo grande avanço tecnológico nos últimos 20 anos.

Há enxurradas de informações na tela dos *smartphones*, sabemos de algo em questões de segundos: o início de uma guerra, a mais nova foto do nosso (a) artista favorito (a), as dancinhas do momento, se tal moeda virtual ainda vale alguma coisa, acompanhar o desmatamento ou não de alguma floresta, e àquela guerra, que pela primeira vez na história é acompanhada em tempo real pelo celular.

Para Bersch (2017), esse avanço tecnológico veio para facilitar a vida de todos, já que as ferramentas que utilizamos constantemente, veio primeiramente para favorecer e ajudar o dia a dia de Pessoas com Deficiências - PcDs, assegurando para elas uma maior dependência, uma maior qualidade de vida e uma inclusão social.

É importante salientar que com o surgimento das novas tecnologias, avançaram ainda mais as ferramentas de Tecnologia Assistiva - TA, incluídos dentro do Atendimento Educacional Especializado - AEE, que trabalha a inclusão de PcDs no ensino em escolas e universidades. Tudo isso implica em mudanças de grandes proporções sejam elas, sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

A cultura está ligada às categorias geográficas, como lugar, região, território, paisagem, trazendo assim suas pluralidades. Como por exemplo, a região que está ligada na divisão entre diversas culturas em um determinado território, marcada por costumes, línguas e hábitos. Lugar onde a sociedade exprime o sentimento de pertencimento, da sua origem. E a paisagem pode ser compreendida pelas suas características através dos sentidos, como audição, visão, tato, paladar e olfato.

Santos (2021) salienta que, “ensinar Geografia não é apenas ‘repassar conhecimento’. Ensinar Geografia é ter a responsabilidade de ajudar pessoas a entender o mundo, a sociedade, a natureza e a relação estabelecida entre esses três termos”.

Para Cavalcanti (2006), o ensino de Geografia lida com conhecimentos ligados ao mundo vivido, e os conceitos trabalhados são importantes na formação de valores e atitudes para a vida prática.

Dito isso, é muito importante introduzir, já nos anos iniciais de ensino, os conceitos de Geografia: espaço geográfico, lugar, paisagem, região e território.

É importante propiciar ao educando uma análise do espaço geográfico, através da construção das categorias geográficas permitindo uma aproximação com sua realidade, bem como sua compreensão e diferentes formas de intervenção do espaço vivido. Pois, a partir do momento que o aluno visualiza sua inserção no contexto local conseguirá compreender o contexto regional, nacional e global. Assim, a utilização dos saberes geográficos no cotidiano dos alunos contribuirá para melhorar os resultados da prática docente. (SILVA, SILVA, 2012, p. 2)

É possível escolher inserir esses conceitos para que o estudante tenha uma conexão entre as relações espaciais e o mundo, dependendo assim de o professor de Geografia mostrar e conduzir essas mudanças na escola. O professor pode optar por ir mais adiante, analisando toda a sua didática que é inserida em sala de aula, conhecer e compreender o conteúdo não é suficiente, hoje em dia é indispensável o acréscimo de mais alguns componentes curriculares, para que o aluno disponha de uma visão abundante e vasta na escola. É importante que esse pontapé seja dado a partir da realidade local, que o professor entenda o contexto que os alunos estão inseridos.

No meio geográfico costumamos escutar bastante que o espaço em que vivemos atualmente é uma ação realizada pelo homem, é uma transformação antrópica, estamos falando do espaço geográfico, um dos mais importantes conceitos da Geografia.

Existem várias possibilidades de se trabalhar com os alunos utilizando o espaço geográfico, principalmente a ligação que há entre sociedade e natureza, como por exemplo: globalização, vegetação, urbanização, clima, população, economia, entre outros.

O conceito que mais aproxima o estudante para a realidade do mundo é o lugar. A partir dele o professor pode utilizar alguns questionamentos para os alunos, perguntas sobre as modificações realizadas no bairro, na cidade, ou até mesmo na escola, trazendo assim um olhar mais crítico sobre as transformações realizadas pelos homens de um ambiente que é de conhecimento deles.

[...] estudar e compreender o lugar repleto de relações históricas, de vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares, as paisagens tornam-se significativas ao estudo, num tempo e num espaço específico. Em Geografia, significa compreender as relações que ali ocorrem inter-relacionado-as. (SILVA, SILVA, 2012, p. 6)

Já o conceito de paisagem é o que mais se difere, existem vários pontos de vista, de diferentes autores, Suertegaray (2001) diz que: “A paisagem é um conceito que permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais e tecnificados, sócio-econômicos e culturais”. (SUERTEGARAY, 2001). Já Santos (1996) reforça que:

A paisagem é um conjunto de forma que, num dado momento, exprimem heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Neste sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma

construção transversal. A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual (SANTOS, 1996, p. 83-84).

Em resumo, podemos dessa forma dizer que a paisagem está nas transformações antrópicas, podemos ver, podemos sentir, é cultural, se movimenta, etc. Utilizando a escola e seus arredores se torna a forma mais acessível de poder ensinar esse conceito, usando de recursos simples como fotografias e vídeos, assim o professor é capaz de desenvolver atividades didáticas.

O Território é estabelecido primordialmente por relações de poder, para Milton Santos:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem é plenamente realizada a partir das manifestações da sua existência. [Nesse sentido] a Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, na nação, do lugar (SANTOS, 2002;9).

Para o professor é importante trabalhar na própria sala de aula, ou aos arredores da escola, para demonstrar as relações de poder utilizando o conceito de território. Até mesmo utilizar o mapa para uma compreensão mais fácil das fronteiras dos territórios ao redor do mundo.

Para Região existem algumas análises, como por exemplo, “A região como meio para as interações sociais, tratando-se da ideia política da região com base na ideia de dominação e poder constituindo fatores fundamentais na diferenciação de áreas” (CORRÊA, 2001). Já Santos (1999) diz: “[...] nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização” (p. 16). Resumidamente a Região é: “o resultado de uma vontade interpretativa e que está pautada em um viés administrativo e burocrático” (OLIVEIRA, 2020). Uma boa ideia para se trabalhar em sala de aula seria analisar a regionalização do próprio Brasil, utilizando a cartografia.

Para Custódio (2013), a Geografia é uma ciência diversa, nada mais enriquecedor do que existir uma pluralidade de métodos, de recursos que podem ser usados para auxiliar as expectativas e necessidades dos alunos.

Nesse sentido, o ensino de Geografia pode ser trabalhado de forma inclusiva com essas temáticas abrangendo também o público alvo desse trabalho. Desenvolvendo o ensino e aprendizagem, principalmente reconhecendo a história da sua própria cultura, expressando emoções com o reconhecimento de outros costumes.

Afinal, como ensinar Geografia para pessoas surdas e cegas?

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa será qualitativa, foi utilizado como base a pesquisa bibliográfica de referencial teórico sobre o tema proposto dando preferência aos artigos científicos publicados em periódicos e anais, bem como os Trabalhos de Conclusão de Curso (monografias, dissertações e teses) com intuito de buscar base teórica para investigar e analisar a acessibilidade no ensino de Geografia para alunos surdos e cegos. Assim a pesquisa será fundamentada em estudos de autores que desenvolveram trabalhos relevantes sobre o assunto.

Visto isso, podemos analisar todo o espaço escolares com a finalidade de estudar as práticas inclusão no ensino de Geografia, envolvendo conceitos geográficos e temas como toda diversidade da Geografia Emocional e Cultural. Dessa forma, esse trabalho estrutura-se inicialmente com leituras e formação do referencial teórico sobre: O Ensino de Geografia e seus conceitos, Inclusão e Geografia, Educação para Surdos e Cegos no Brasil e posteriormente uma aplicação de uma oficina, mas antes fizemos uma visita de duas escolas do campo de pesquisa para dialogar com os participantes tanto alunos quanto professores e intérpretes.

O projeto é para ser desenvolvido em duas escolas específicas de acessibilidade para alunos surdos e outra para cegos na produção desta pesquisa, assim contou com a participação de professora e coordenadora pedagógica que se dispôs a colaborar para fundamentar os objetivos desta pesquisa.

Perguntamos na visita técnica primeiramente sobre se a escola tem alunos surdos e cegos, quantos professores de Geografia possui, e se tem intérpretes, como é o projeto da escola e como incluir a cultura desses alunos, e por seguinte perguntamos se poderia aplicar o projeto com os professores e intérpretes.

Logo em seguida propomos uma oficina para apresentar o Ensino de Geografia sobre solos. O objetivo deste trabalho é investigar e analisar os desafios do ensino de Geografia para alunos surdos e cegos. Com os objetivos específicos, de discutir a Educação Inclusiva, notadamente para alunos surdos e cegos; dialogar com os professores de Geografia acerca do processo de ensino e aprendizagem para os alunos surdos e cegos; e debater sobre a Geografia Emocional e Cultural no espaço escolar para os alunos surdos e cegos.

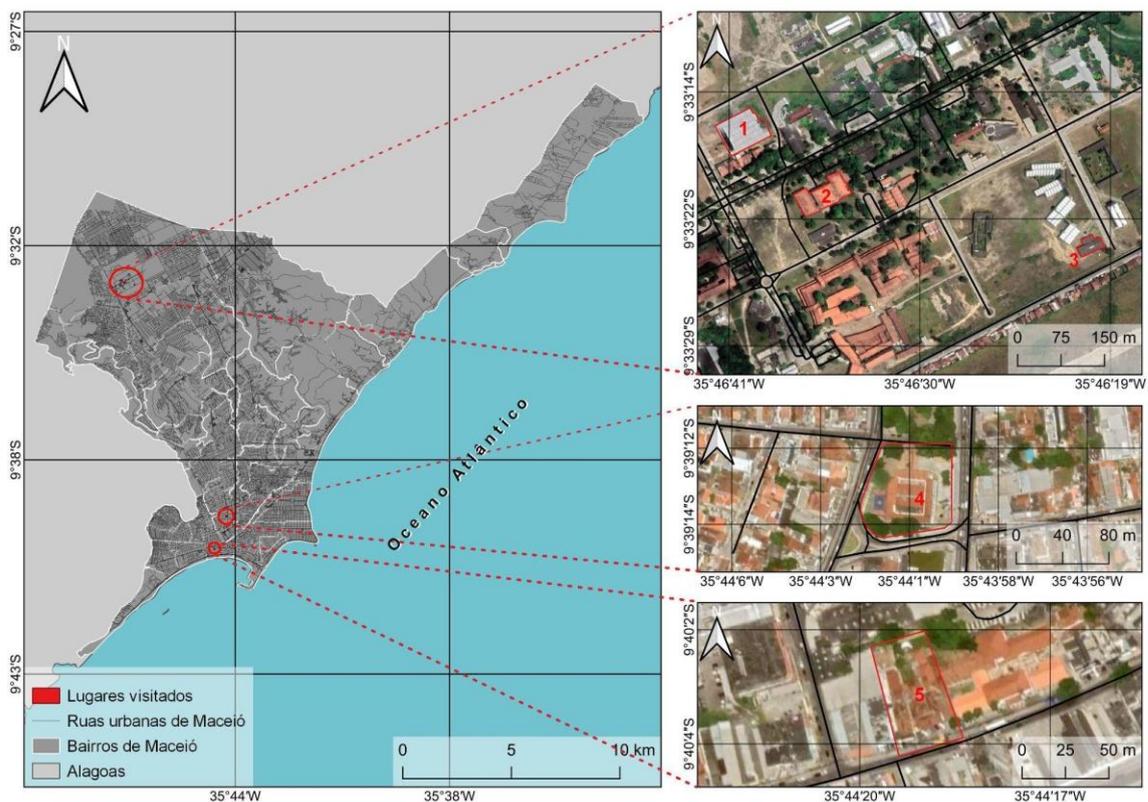
A caracterização da pesquisa na Figura 1, apresenta os lugares visitados, na qual está localizada na parte alta de Maceió, no bairro Cidade Universitária os pontos 1, 2 e 3, e na parte baixa está no ponto 4 no Farol e 5 no Centro. Os pontos 1, 2 e 3 estão situados na Universidade Federal de Alagoas - Ufal, no campus A. C. Simões. No ponto 1 está o Núcleo de Acessibilidade

- NAC, no ponto 2 está o Laboratório de Acessibilidade - LAC e no ponto 3 a Faculdade de Letras Libras.

A escola do ponto 4 apresenta atualmente os níveis da educação básica, o Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - EJA. Possui dois professores de Geografia, e recebe matrículas de alunos ouvintes, videntes, surdos, cegos, e com Síndrome de Down e, até ano passado, oferecia o Curso Básico de Língua Brasileira de Sinais - Libras.

A escola do ponto 5 é referencial para cegos, atualmente é conhecida como um centro estadual educacional, sendo assim não atende especificamente como uma escola tradicional com os níveis da educação básica, antes haviam aulas de disciplinas incluindo Geografia, e o projeto pedagógico é voltado para cegos e com baixa visão.

Figura 1 - Mapa urbano da área da pesquisa



Fonte: Lucas de Moraes Teixeira (2023)

O mapa conceitual (Figura 2), aborda os principais temas proposto neste trabalho como ensino de Geografia, cultura, emoções, surdos, cegos e inclusão, assim podemos relacionar um tópico ao outro de forma resumida mostrando a importância do que se interliga ao objetivo principal, a acessibilidade no ensino de Geografia.

Figura 2 - Mapa conceitual



Fonte: Autores (2023)

3 INCLUSÃO E GEOGRAFIA

Na sociedade em que vivemos, estamos sempre em busca de uma educação que transforme, uma educação que conduza para uma mudança social. O método de inclusão nos sujeita a pensar em relação a qualidade da educação, o sistema de ensino muitas vezes não está preparado para esse processo.

Sasaki (2010) sugere entendermos a inclusão como um conjunto de processos e ações onde a sociedade, ou ao menos parte dela, reconhece e procura criar condições favoráveis para que pessoas com deficiências possam se preparar para exercerem, em igualdade de direitos, papéis e funções sociais, participando de forma ativa e permanente em atividades, debates e construções no devir social.

É viável definir uma nova estrutura nos espaços educacionais, um novo currículo, onde as barreiras podem ser eliminadas, já que não devem existir dificuldades de aprendizagem na escola (ANDRADE, 2016).

Vários documentos reconhecem os direitos das pessoas com deficiência no Brasil, como por exemplo: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Andrade (2016) propõe que, a Geografia é uma ciência social que busca estabelecer conexões entre a sociedade e a natureza, assim tentando compreender, estudar e analisar o espaço produzido pelo homem, oferecendo assim muitas proporções da realidade social, natural e histórica.

É importante analisar que, o ensino de Geografia oferece ao estudante a oportunidade de assimilar e fortalecer conhecimentos sobre o espaço geográfico: o ensino de Geografia deve preocupar-se com espaço, e ele é tudo e de todos, compreendendo todas as estruturas e formas de organização e interações (CASTROGIOVANNI, 2002).

Reconhecer a diversidade presente no contexto escolar, ainda tão voltado à homogeneidade, é um passo significativo em direção a uma orientação de ensino idealizada para atender a todos, levando em consideração as necessidades e as potencialidades individuais (CUSTÓDIO; RÉGIS, 2016).

A Geografia por utilizar recursos didáticos como mapas, maquetes e gráficos pode facilitar o ensino para PcDs, dando atenção para cegos, pessoas com baixa visão e surdos, que é o principal foco deste trabalho. Para pessoas com deficiências visuais as atividades poderiam

ser voltadas para o tato e também recursos sonoros. Já para os surdos, as atividades visuais são bem mais importantes.

3.1 Atendimento Educacional Especializado

A educação e a inclusão vêm vivenciando uma evolução no Brasil desde os anos 80, tendo um foco maior a partir do início do século XXI. O Ministério da Educação instituiu a modalidade de ensino na perspectiva de Educação Inclusiva com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para Atendimento Educacional Especializado - AEE:

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos a educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. (BRASIL, 2008, p. 1)

Ou seja, o sistema de ensino pode priorizar a matrícula dos estudantes com deficiência nas escolas de ensino regular e oferecer o Atendimento Educacional Especializado, esse que tem o papel de reconhecer, desenvolver e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, assim retirando as dificuldades de atuação dos alunos em sala de aula, deve-se também observar as necessidades específicas de cada estudante, possibilitando boas condições para uma educação de qualidade. É importante salientar que o AEE se distingue do ensino escolar comum.

É possível elaborar o AEE de forma individual ou em grupos e não podem ser realizadas no ensino comum, para não dificultar essas aulas, conseqüentemente, devem ser realizadas no contra turno, “o Atendimento Educacional Especializado é instituído como um serviço que opera na oferta de recursos de acessibilidade que visam à participação e a aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial no ensino comum” (TURCHIello et al, 2014).

Uma das principais propostas para a existência do Atendimento Educacional Especializado é a implementação de Sala de Recursos Multifuncionais, onde devem ser realizadas as aulas dos alunos com deficiências matriculados.

Essas salas devem possuir equipamentos eletrônicos, materiais educacionais adaptados, mesas, cadeiras, armários e quadro. Lembrando novamente que o professor do Atendimento Educacional Especializado, deverá elaborar essas aulas no turno contrário do ensino regular.

Todo o planejamento relacionado ao AEE tem que estar idealizado no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola.

Em relação ao professor do Atendimento Educacional Especializado, devem ser professores de licenciatura, com cursos específicos em Educação Especial, “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009a). Dessa maneira, o professor do AEE, deve também ser participativo nas aulas de ensino regular, assim podendo compreender as necessidades de cada estudante. É importante ter uma aproximação com os familiares dos alunos atendidos, já que seria um apoio significativo para o desenvolvimento e aprendizagem.

[...] as famílias também precisam ser orientadas sobre o uso de recursos, pois se compreende que muitos deles precisam ser utilizados fora do contexto da escola. Pode-se aqui destacar o uso de recursos de acessibilidade que contribuem para a orientação, mobilidade e comunicação dos alunos, qualificando suas relações familiares e sociais (TURCHIELLO *et al*, 2014 p. 61).

Para a realização das aulas do Atendimento Educacional Especializado, é disponibilizada uma Sala de Recursos Multifuncionais, onde são inseridos materiais e equipamentos, em sua grande parte, adaptados que são conhecidos como Tecnologia Assistiva - TA. Cook e Hussey definem a TA como “uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiências” (COOK; HUSSEY, 1995).

Os materiais disponíveis devem estar de acordo com as necessidades de cada aluno do AEE:

A TA deve ser, então, entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária, ou possibilitará a realização da função desejada, que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. Podemos dizer que o objetivo maior da TA é proporcionar à pessoa com deficiência autonomia, independência funcional, qualidade de vida e inclusão social (BERSCH; MACHADO, 2014, p. 81).

A partir de 2006 foi criado o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, onde uma equipe especializada em tecnologia assistiva elaborou uma concepção do que seria TA:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007).

São exemplos de TA para pessoas com surdez:

Próteses auditivas; sistemas com alerta tátil-visual, celular com mensagens escritas e chamadas por vibração, *software* que favorece a comunicação ao telefone celular transformando em voz o texto digitado no celular e em texto a mensagem falada. Livros, textos e dicionários digitais em língua de sinais. Sistema de legendas (*close-caption/subtitles*). Avatares Libras (BERSCH, 2017, p. 10).

O trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns, deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. O planejamento do AEE é elaborado e desenvolvido conjuntamente pelos professores que ministram aulas em Libras, professor de classe comum e professor de Língua Portuguesa para pessoas com surdez (DAMÁZIO, 2007).

E os auxílios utilizados para pessoas com cegueira e baixa visão são achados em equipamentos que apontam a autonomia de seus utilizadores: consultar o relógio, a calculadora, identificador de luzes e cores, verificação de temperatura do corpo e pressão arterial, identificador de chamadas etc. Integram também os auxílios ópticos como lentes, lupas eletrônicas (Figura 3); *softwares* de leitores de tela e de texto, ampliadores de tela; *hardwares* como impressora Braille e linha Braille (BERSCH; MACHADO, 2014).

Figura 3 - Lupa eletrônica



Fonte: Makson Costa (2023).

Os recursos destinados ao Atendimento Educacional Especializado para alunos cegos e com baixa visão devem ser inseridos em situações e vivências cotidianas que estimulem a exploração e o desenvolvimento pleno dos outros sentidos. A diversidade, a adaptação e a qualidade dos recursos disponíveis possibilitam o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

Figura 4 - OrCam¹

Fonte: Makson Costa (2023).

Os professores do AEE ficam responsáveis pelo planejamento e elaboração do plano de garantia dos recursos de TA:

Implementar a TA na escola significa, então, identificar e construir uma rede de parcerias com ações integradas que envolvam os profissionais da educação com os profissionais da saúde, assistência social, engenharia e arquitetura; as instituições especializadas; e as universidades e instituições que trabalham com pesquisa e desenvolvimento tecnológico, qualificando o serviço de TA no campo educacional (BERSCH; MACHADO, 2014, p. 109).

O professor do AEE busca promover estratégias de modo a possibilitar que o aluno com deficiência aprenda a lidar com os saberes estudados, favorecendo a sua participação ativa na sala de aula comum. Cabe ao professor do AEE identificar a necessidade específica do aluno e traçar seu plano de atendimento e implementá-lo.

Atender o aluno em suas necessidades, em um espaço coletivo como a escola, é um grande desafio para os que fazem a educação, além disso, tem a missão de facilitar o processo de inclusão em uma sala de aula, onde na maioria das vezes, o professor regente não se encontra preparado para o desafio da inclusão educacional (MATOS, 2012).

Direcionar uma aula inclusiva para todos é trabalhoso, mas com atenção e dedicação é possível realizar. Existe sim uma importância de buscar uma maneira de transformar os conteúdos geográficos acessíveis para os alunos com deficiência, e com a Geografia é possível contemplar outras referências sensoriais, como o tátil, e visual, a auditiva, e olfativa e a cinestésica. (CUSTÓDIO; RÉGIS, 2016).

¹ Dispositivo portátil de visão artificial que pode identificar objetos, textos e até pessoas através de áudio, descrevendo o que não conseguem ver.

É importante que o professor seja atencioso com o aluno surdo e cego. Para o aluno surdo o conteúdo de Geografia deve ser explicado com muita clareza, para a compreensão do intérprete. Já o aluno surdo existe a importância de executar sempre a descrição de mapa, imagem, gráficos entre outros, para que fique bastante evidente sobre tudo que está sendo exposto em aula.

Figura 5 - Globo tátil



Fonte: Makson Costa (2023)

Um exemplo prático seria a elaboração de uma maquete, além da descrição e explicação do conteúdo da maquete, é interessante também que o professor utilize as escritas, podendo acrescentar o braille e também desenhos com símbolos em Libras. Existem muitas maneiras de adaptar aulas de Geografia como maquetes, gráficos e globos táteis, no entanto, demanda muito tempo e também dinheiro - já que na maioria das vezes as escolas não disponibilizam Salas de Recursos Multifuncionais, fazendo que o próprio professor seja responsável pelas adaptações.

E a possibilidade de aulas com vídeos pode ser possível, utilizando sempre a audiodescrição para o aluno cego e legendas para o aluno surdo.

3.2 Educação para surdos no Brasil

A história da educação dos surdos no Brasil começa com a vinda do francês Harnest Huet em 1855, em conjunto com Dom Pedro II iniciam a organização para criarem o Imperial Instituto de Surdos Mudos, que somente veio ocorrer em 1857 no Rio de Janeiro, esse instituto persiste e resiste até hoje, mas com o nome de Instituto Nacional do Ensino de Surdos – INES.

Desse modo, Huet traz a Língua de Sinais Francesa concedendo aos surdos brasileiros a língua, sendo que antes não tinham tantas sinalizações, pois eram educados por linguagem escrita articulada e falada, datilologia e alguns sinais, assim caminhando para grande influência na construção da Língua Brasileira de Sinais.

Nesse sentido com grandes avanços na língua de sinais não somente no Brasil como no mundo, conseqüentemente aconteceu o congresso de Milão em 1880, que acabou acarretando diversos fatores negativos na educação das pessoas surdas, pois uma das pautas debatidas no congresso apontava que o baixo nível de aprendizagem era por causa da língua de sinais, por isso enaltece a oralização, por seguinte o uso simultâneo dos gestos e oralidade prejudica a leitura labial.

Dessa maneira podemos perceber o quanto o preconceito prevalecia na época, pois trouxeram grandes dificuldades para o ensino das pessoas surdas, como também de toda comunidade. Por isso, 100 anos depois começou a desencadear reprovações das resoluções do Congresso de Milão e a reestruturação da educação das pessoas surdas.

Assim, em julho de 2010, no 21º Congresso Internacional de Educação de Surdos em Vancouver, no Canadá, aconteceu uma votação formal e todas as oito resoluções do Congresso de Milão foram vistas como negativas para toda comunidade surda.

Em 1977 foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos - Feneida, criou-se com o intuito de uma falta de representatividade de uma organização nacional que demonstrasse os interesses de todas as pessoas surdas do país.

Assim, a Feneida parecia para muitas pessoas uma grande solução para contribuir para toda comunidade surda, mas conseqüentemente era composta por pessoas ouvintes. Conseqüente, pensava que os surdos não fossem capacitados para organizar e comandar uma organização, o que ocasionou a exclusão dos surdos.

Desta forma, uma organização formada por ouvintes não estava preparada para reconhecer e atender a todas as necessidades da comunidade surda, de modo que em 1983 foi criada uma Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos, pois apesar do grupo não ser reconhecido, batalhavam para ser ouvido e participar das decisões da diretoria da Feneida.

Portanto, em 16 de maio de 1987, aconteceu a Assembleia Geral que reorganizou o estatuto da organização. Por conseguinte, cria-se então a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).

A Feneis tem como propósito construir e organizar as políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social para a Comunidade Surda, assim como seus direitos, garantindo assim grande inclusão da Comunidade Surda na sociedade.

Contudo, os surdos foram ocupando mais espaços e principalmente liderando a Feneis que posteriormente acabou mudando o nome para Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, criado é comemorado nessa data como dia nacional dos surdos em 26 de setembro. Isto posto, o instituto passou a ser referência em educação, profissionalização, socialização e especialmente palco para abranger toda a cultura surda recebendo surdos de todo o Brasil como também surdos estrangeiros.

O INES estabeleceu em 2013 uma parceria com a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp), a primeira webTV em Libras com legendas e oralmente em Língua Portuguesa, a fim de envolver todos os públicos, com equipe de profissionais de televisão surdos, ouvintes, tradutores intérpretes e profissionais do INES, na web 24 horas por dia em streaming e vídeo e em aplicativos móveis, a TV INES passou a oferecer uma grade de programação variada com foco na comunicação educativa, mas por falta de verbas saiu do ar em 2021 (BRASIL, 2021).

Na década de 1960, nos Estados Unidos, com desenvolvimento de pesquisas feitas no campo da linguística, foi aceito como linguagem uma comunicação gestual entre surdos. No Brasil, no final de 1980, a comunidade surda comandou o movimento oficial em prol do uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

A partir de 1990, deram início a eventos como a Conferência Mundial de Educação para Todos, e projetos de leis que acabaram iniciando uma longa batalha de legalização e regulamentação no setor federal. Com a criação da lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002², sancionada pelo até então presidente Fernando Henrique Cardoso e regulamentada pelo decreto 5626/2005 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (SOUZA, 2018).

² A lei nº 10.436/2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos.

Sendo assim o decreto tem nove capítulos sobre os seguintes temas que a Libras deve estar como disciplina curricular, o ensino da língua portuguesa oferecido aos alunos surdos como segunda língua, é essencial ter a formação de profissionais bilíngues, e também a regulamentação do uso dessa língua em ambientes públicos e privados. Para a autora Quadros:

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinal a proposta bilíngue busca captar esse direito (QUADROS, 1997, p. 27).

Dessa maneira, podemos perceber o quanto a Libras é importante para a comunidade surda, conseqüentemente acaba ocupando um papel na sociedade, tornando-se um enriquecedor de diversas barreiras rompidas e de preconceitos ainda tendo que ser quebrados, mas a cultura envolve emoções através da língua em si construindo relações de identidades.

Neste sentido, essa construção da cultura surda no Brasil, parte do ensino através das pessoas surdas, é marcada por diversos fatores e como a educação é responsável para desenvolver o ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adultos surdos e principalmente como as implementações de leis foram essenciais para garantia dos direitos e valorização.

Então, a educação como tudo vem se modificando ao longo dos anos, e o Ensino de Geografia torna-se desafiador na construção dos seus planejamentos de aulas e de como desenvolver propostas de conteúdos que envolvam a todos, podendo usar o bilinguismo com atividades diferentes utilizando as categorias geográficas por exemplo. No outro lado temos uma série de dificuldades a serem enfrentadas como a falta de formação continuada para professores envolvendo a inclusão, a falta de aquisição da Libras entre professores ou até mesmo a falta de intérpretes.

Em Maceió, a capital alagoana, tem vários espaços em destaques para toda a comunidade surda, assim abrangendo características culturais e educacionais como a Associação de Amigos e Pais de Pessoas Especiais - Aappe, Associação de Surdos de Alagoas - Asal, Associação dos Surdos de Maceió - ASM, Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez - CAS, Centro de Interpretação - CIL, Instituto Bilíngue de Qualificação e Referência em Surdez - IRES, escolas bilíngues com salas mistas entre surdos e ouvintes como a Escola Estadual Tavares Bastos, visto isso, tem também a Faculdade de Letras Libras na Universidade Federal de Alagoas, como podemos ver na Figura 6.

Figura 6 - Faculdade de Letras Libras - Ufal



Fonte: Paula Oliveira (2023)

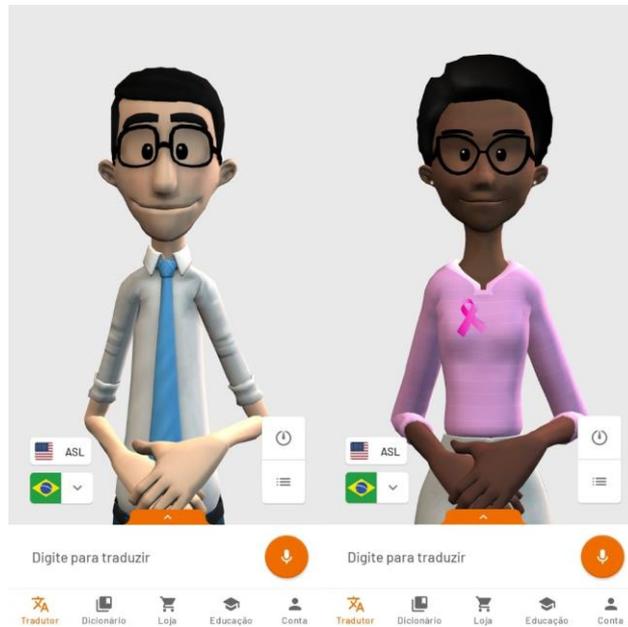
O *Hand Talk* é uma Tecnologia Assistiva, que foi criado por alagoanos com o intuito de possibilidades através da Língua Brasileira de Sinais – Libras e *American Sign Language – ASL* (Língua de Sinais Americana), assim oferecendo a todos com *smartphone* a chance de aprender essas duas línguas de sinais, com isso a ferramenta conduz para traduzir textos e áudios, trazendo consigo inclusão e acessibilidade para todos conhecerem e se comunicarem com as pessoas surdas em diversos contextos, por causa disso o aplicativo serve para nortear e conhecer a comunidade surda, em virtude disso acaba se tornando um auxílio agregando informações juntamente com o curso de Libras.

A ferramenta *Hand Talk* foi eleita pela ONU em 2013 o melhor aplicativo social do mundo, pelas suas características de sociabilidade, facilidade, interatividade e eficiência. Ela tem como funcionalidade a tradução de textos e voz para a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e conta com um personagem chamado Hugo, que com suas mãos e sua expressão facial, facilitam o entendimento e a comunicação para pessoas surdas (FERNANDES; et al, 2020, p. 1).

Dessa forma, o aplicativo é uma ferramenta essencial e de suma importância para a acessibilidade no ensino de Geografia, na qual conduz para um início de conhecimentos de palavras e soletração na área geográfica, tal qual pode fazer parte de um planejamento de uma aula dinâmica, como também incluindo a disciplina de Português como exemplo para se construir determinado projeto multidisciplinar já que não há a disciplina de Libras. Assim como

na Figura 7, os personagens Hugo e Maya são avatares interativos dentro do aplicativo *Hand Talk*.

Figura 7 - Hugo e Maya no aplicativo *Hand Talk*



Fonte: Autores (2023).

Nesse sentido, a educação de surdos em Maceió na atualidade se ampliou e foi sendo criados esses espaços acima citado, pela luta da quebra de barreiras de toda comunidade surda, principalmente da Alfabetização ao Ensino Médio para pessoas com deficiência auditiva não foi diferente, mas mesmo assim existem pouquíssimos profissionais especializados na área sobre a surdez.

Um exemplo são as escolas na qual os alunos surdos não tem como estudar em um determinado colégio perto de sua casa, porque não se tem pessoas para se comunicar com o mesmo, pois são poucas escolas na capital e no estado de Alagoas que dispõe de intérpretes de Libras, e raramente há professores que conhecem a língua de sinais para adaptar seu material para o aluno, ou seja, a demanda é grande para o mínimo de pessoas qualificadas nesta especialidade, como também em muitas vezes, alguns alunos surdos precisam se deslocar do interior ou de um bairro distante para estudar.

Em Alagoas, a educação especial se deu, a priori, através de iniciativas particulares da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (AAPPE), a partir de 1964. Em 1973, é criada, pela Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (SEE/AL), a Diretoria de Educação Especializada, responsável por coordenar a educação especial no estado, iniciando-se assim o atendimento aos alunos com deficiências (visual, auditiva, mental moderada e mental severa) em classes especiais nas escolas públicas.

O atendimento aos alunos com deficiência auditiva era oferecido nas escolas Tavares Bastos, José Correia da Silva Titara e Rosalvo Lobo (ROCHA; PEIXOTO; ALMEIDA, 2013, p. 3).

Visto isso, podemos perceber o quanto a Educação Especial no nosso estado tem bastante tempo, mas ainda há algumas dificuldades do início que são bastante encontradas na atualidade. E são importantes os chamados Centros Culturais da Comunidade Surda que envolvem as escolas bilíngues, associações, institutos e universidades que se tornam em uma força ainda maior na luta para o direito de ter o acesso à educação de qualidade e igualitária para todos.

3.3 Educação para cegos no Brasil

A educação voltada para pessoas cegas e com baixa visão no Brasil começou a ter um maior destaque na metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1854, quando o imperador D. Pedro II, logo após ver a demonstração de um jovem professor chamado José Álvares de Azevedo que utilizou o Sistema Braille, autorizou a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro em setembro daquele ano. D. Pedro II elaborou o Decreto Imperial nº. 1428, de 12 de setembro de 1854, propiciando assim a primeira escola para cegos no Brasil.

José Álvares de Azevedo nasceu no Rio de Janeiro em 1834. Era cego de nascença, seus pais utilizaram todo tipo de recursos médicos que estavam disponíveis naquela época, no entanto, não adiantou já que a cegueira o acompanhou por toda a vida. Foi uma criança muito inteligente, bem dotada, considerando todas as dificuldades que cercou sua infância. Um amigo da família, Dr. Maximiliano Antonio de Lemos, sabia da existência de uma escola na França para pessoas cegas, ele deu a sugestão de levar o menino para lá, mas os pais de José Álvares não foram a favor da ideia.

Após alguns anos de insistência, os pais de José Álvares de Azevedo aceitaram e o menino foi para França aos 10 anos estudar no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris. Durante os seis anos que ficou estudando em Paris, na mesma época estava surgindo e sendo experimentado um novo meio de escrita e leitura, uma invenção criada por Louis Braille, anteriormente se utilizavam meios tradicionais de escrita e leitura como caracteres básicos, porém em relevo. A invenção em questão seria o Sistema Braille, que mudou totalmente o ensino para pessoas com deficiência visual.

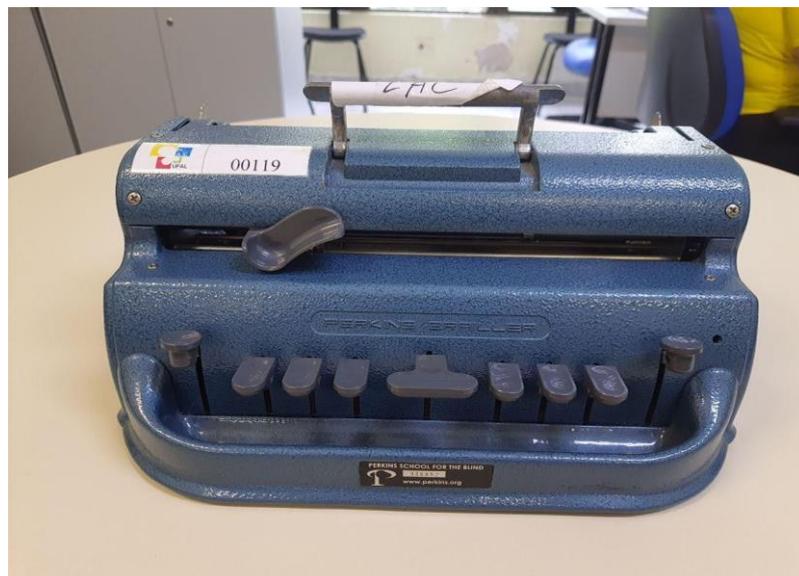
Ao retornar para o Brasil em meados de 1850, começou a ensinar o Sistema Braille para a comunidade em casas e salões da Corte Imperial, se tornando professor e pioneiro do Sistema

Braille no país. Um dos seus sonhos era criar uma escola para cegos, algo que acabou sendo possível logo depois de um encontro com o Imperador D. Pedro II, onde José Álvares realizou uma demonstração utilizando o Sistema Braille, provando que era possível uma pessoa cega ler e escrever. A partir disso, D. Pedro II possibilitou a criação da primeira escola para cegos no Brasil, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, inaugurado em 17 de setembro de 1854. No entanto, em 17 de março de 1854, alguns meses antes da inauguração do instituto, José Álvares de Azevedo faleceu em decorrência de tuberculose, com 20 anos. Apesar do pouco tempo de vida, se dedicou exclusivamente ao ensino para pessoas com deficiência visual, se tornando o principal precursor do Sistema Braille no Brasil:

Por tudo que realizou, em tão pouco tempo de existência, esse jovem e ilustre brasileiro cego, José Álvares de Azevedo é, de fato, o lúcido “Patrono da Educação dos Cegos no Brasil” e, por isso, merecedor do nosso eterno e comovido tributo de gratidão. (LEMOS, 2003, p. 4)

No ano de 1891, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos passou a se chamar Instituto Benjamin Constant, conhecido assim até hoje. Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi o terceiro diretor do Instituto dos Meninos Cegos de 1869 até 1889, anteriormente ele era professor do instituto, onde ensinava matemática e ciências naturais. Enquanto diretor, Benjamin Constant observou que o instituto vinha recebendo cada vez mais pedidos de matrículas, sendo assim, seria indispensável a construção de um novo edifício e que fosse maior. D. Pedro II, que se mantinha atento à educação para pessoas cegas, disponibilizou uma de suas propriedades pessoais, que atualmente é o prédio do instituto.

Figura 8 - Máquina de escrever Braille



Fonte: Makson Costa (2023)

As novas instalações só foram definitivamente concluídas no ano de 1944. Benjamin Constant faleceu no ano de 1891, e por ter sido muito importante nos anos que ficou à frente como diretor, o Instituto de Meninos Cegos foi rebatizado para Instituto Benjamin Constant:

Pode-se afirmar ter sido Benjamin Constant aquele que definitivamente consolidou o Instituto como escola, devendo-se-lhe o prestígio de âmbito nacional que viria a alcançar como primeiro educandário para cegos na América Latina. Tão grande era seu interesse pela integração social das pessoas cegas, [...] não se descuidou dos problemas relativos à educação e enviou à Europa uma Comissão para estudar e adquirir o que de mais moderno houvesse para o completo aparelhamento pedagógico da Instituição. (LEMOS, 1995, p. 4)

Dorina de Gouvêa Nowill é mais uma dessas pessoas importantes para a implementação do ensino para pessoas com deficiência visual. Dorina perdeu a visão aos 17 anos devido a uma infecção ocular. Após se formar como a primeira professora deficiente visual da Escola Normal Caetano de Campos, criou a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), em 1946, e que mais tarde se chamaria Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Figura 9 - Impressora Braille



Fonte: Makson Costa (2023)

Ao fazer uma viagem para os Estados Unidos, onde se especializou em ensino para cegos, manifestou a ausência e a insuficiência de livros em braille, posteriormente no ano de 1948, a fundação recebeu a doação de uma imprensa braille. Nesse sentido, a Fundação tinha como principal propósito a produção de livros em braille, e posteriormente se tornou um

ambiente que incrementou atividades associadas à inclusão e educação de pessoas com cegueira e baixa visão.

A Fundação trabalha com a atenção a pessoas cegas e com baixa visão, oferecendo programas gratuitos de reabilitação e produzindo materiais didáticos em braille. Sua principal missão é facilitar a inclusão de crianças, jovens e adultos cegos e com baixa visão nos processos educativos. (SILVA; VIEIRA, 2019, p. 6)

Então, José Álvares de Azevedo e Dorina de Gouvêa Nowill, são os grandes responsáveis pela introdução do ensino para pessoas com deficiência visual no Brasil. Com eles foi possível inserir e introduzir o Sistema Braille, e a imprensa braille, onde foi viável aumentar a produção de livros em braille. Também sendo importantes para a criação de institutos, fundações, escolas e bibliotecas direcionadas para pessoas cegas, fazendo com que essas pessoas se sintam incluídas na sociedade.

Em Alagoas a primeira escola para a educação de pessoas cegas e com baixa visão está situada no Centro de Maceió, onde foi conhecida como Escola Estadual de Cegos Cyro Accioly, inaugurada em 30 de junho de 1976. O nome é uma homenagem ao empresário Cyro Patury Accioly, que se dedicou à criação de um centro educacional público dedicado exclusivamente para deficientes visuais (LINS, 2018). Atualmente a escola é chamada de Centro Estadual Educacional Cyro Accioly.

E há também na Universidade Federal de Alagoas, o Núcleo de Acessibilidade - NAC, localizado no Centro de Interesse Comunitário - CIC, que realiza atividades que propõe garantir equiparação de oportunidades aos estudantes universitários com deficiência matriculados dentro da instituição. O projeto tem como objetivo proporcionar ações que busquem a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas e de comunicação, assim podendo assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem.

O NAC também desenvolve ações que criam uma convivência que busca o respeito às diferenças na comunidade acadêmica e uma formação profissional qualificada para o atendimento de pessoas com deficiência (AMORIM; GOMES; FUMES, 2015).

Na Ufal também existe o Laboratório de Acessibilidade - LAC, localizado dentro da Biblioteca Central, onde são realizadas as adaptações de materiais solicitados por professores e pelos próprios discentes do campus. O LAC possui algumas Tecnologias Assistivas, onde há a possibilidade do estudante com deficiência pedir um empréstimo do equipamento disponível e que melhor lhe agrade.

Figura 10 - Núcleo de Acessibilidade no CIC e Laboratório de Acessibilidade na Biblioteca Central - Ufal



Fonte: Makson Costa (2023).

Em Alagoas, o atendimento focado para pessoas com deficiência teve início no final dos anos 1950 com uma oferta mais ampla de escolarização para PCD. Em 1973 a Diretoria de Educação Especializada é criada, assumindo a coordenação da Educação Especial em Alagoas.

O atual Plano Estadual de Educação, aprovado pela lei nº 7.795, de 22 de janeiro de 2016, com vigência de 10 anos. Esse plano possui cerca de 20 metas e uma dessas metas do Plano Estadual propõe:

Meta 4: Universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, devendo ser também consideradas as especificidades das escolas e dos sujeitos do campo. (SEDUC/AL, 2016)

Inserido na meta 4, existem quase 40 estratégias voltadas para estudantes com deficiências. Dessas estratégias, duas são exclusivamente voltadas para surdos e para pessoas cegas ou com baixa visão. A estratégia 4.7, é focada na oferta de educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua.

E a estratégia 4.24, que enfatiza a disponibilidade de livros para Sistema Braille, livros falados, digitalizados e em escrita ampliada para todas as crianças, adolescentes e adultos com deficiência visual em todas as redes de ensino.

Segundo o Plano Municipal de Educação, documento de planejamento de 10 anos que entrou em vigor em 2015 e vai até 2025, o processo de implementação ao atendimento a PCDs

começou em 1986, com a criação do Departamento de Educação Especial. A partir dos anos de 1990 várias propostas foram apresentadas e discutidas para melhor atender e uma proposta de política de educação focada nos princípios da inclusão foi estabelecida na Resolução CNE/CEB nº 02 de 11 de setembro de 2001³.

O Plano Municipal de Educação que está em vigência atualmente possui 19 metas, dentre essas uma é direcionada para Pessoas com Deficiências:

Meta 4: Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, em regime de colaboração Município, Estado e União. (SEMED/AL, 2015)

Dentro da meta 4, há a estratégia 4.11 voltada diretamente para a oferta de educação bilíngue, Libras como primeira língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua. Na mesma estratégia, existe a garantia de oferta da adoção do Sistema Braille como leitura para cegos e surdocegueira.

Seguindo essa resolução a Secretaria Municipal de Educação - SEMED de Maceió, se empenhou em desenvolver um trabalho de discussão e sensibilização com educadores e gestores das escolas pensando na transformação de 18 salas especiais, distribuídas em 12 Escolas de Ensino Fundamental, em Salas de Recursos que serviria como apoio especializado aos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

3.4 Uma Geografia inclusiva

A organização da inclusão nem sempre procura permanecer apenas nas escolas, ela pode ir além, inclusive nas universidades, abrangendo também a esfera de formação de professores e da sociedade. É importante haver discussões no campo da Geografia onde a inclusão de pessoas com deficiências, tenham espaço. Tornou-se primordial olhar para o espaço geográfico e visar não somente a escola, mas toda sociedade e que seja inclusiva (RIBEIRO; MONTENEGRO, 2016).

Algumas mudanças na sociedade em relação a PcDs se dá início quase que igualmente a inserção da Geografia como algo disciplinar, com a origem do Iluminismo e com a mudança do feudalismo para o capitalismo. No entanto, são mudanças lentas, muito graduais e com

³ Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

grande influência da religião. A Geografia social apresentada pelo francês Élisée Reclus apresentava discussões sobre a cidade e a inclusão no final do século XIX, onde o mesmo já estudava e observava as diferenças sociais entre os ricos e os pobres (ANDRADE, 1985).

O ensino em Geografia é capaz de ter a capacidade de atravessar diferentes campos da inclusão, para Skliar (1997):

A educação de crianças especiais é um problema educativo como é também o da educação de classes populares, a educação rural, a das crianças da rua, a dos presos, dos indígenas, dos analfabetos, etc. É certo que em todos os grupos que menciono existe uma especificidade que os diferencia (SKLIAR, 1997, p. 14).

A partir disso observa-se a urgência, porém com dificuldades na construção de uma Geografia direcionada para a inclusão seja educacional, social, cultural, emocional etc. Essas desigualdades sociais são frutos de interferências humanas, são estereótipos que devem ser excluídos por aqueles que desejam uma Geografia inclusiva (RIBEIRO; MONTENEGRO, 2016).

Já dentro da escola, há uma busca por produção de qualidades específicas, para que os indivíduos criem um espaço adequado para o exercício da cidadania e que a Geografia vá além do conhecimento:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores de deficiências seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentam dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento. São excluídos, portanto, todos aqueles que são rejeitados e levados para fora de nossos espaços, do mercado de trabalho, dos nossos valores, vítimas de representação estigmatizante (CARVALHO, 2004, p. 48).

A natureza da inclusão acaba se contrastando diretamente com a Geografia, já que: “está diretamente relacionada à Geografia como campo do conhecimento formador de cidadãos conscientes de sua representação no espaço. Esse contexto inclusivo é pertinente à Geografia, quando se tenta fazer uma reflexão sobre as desigualdades sociais” (RIBEIRO; MONTENEGRO, 2016 p. 165). Em um âmbito mais amplo, a inclusão deve ir além de identificar a individualidade e cidadania, buscando transformações das representações estigmatizantes da sociedade.

A inclusão é, portanto, um conceito revolucionário, que busca remover as barreiras que sustentam a exclusão em seu sentido mais lato e pleno. Aplica-se a todos os que se encontram permanente ou temporariamente incapacitados pelos mais diversos motivos, a agir e a interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem. (MANTOAN, 2000, p. 55).

É importante pontuar a existência de uma real relação entre a inclusão educacional e o ensino de Geografia, como salienta Callai (1999):

A formação dos profissionais da Geografia deve [...] considerar o avanço do conhecimento geográfico e a sua popularização. Como conteúdo escolar tem passado por significativas transformações, no intuito de dar conta de seus avanços epistemológicos da ciência e de responder às necessidades da escola no processo de formação de sujeitos que compreendam o mundo em que vivem e que consigam exercer a sua cidadania. (CALLAI, 1999, p.11).

E Kaercher (2003) evidencia o papel do professor de Geografia diante das reflexões efetuadas sobre inclusão educacional, social, econômica, cultural dentre outras:

A principal tarefa de um professor de Geografia, talvez nem seja a de ensinar Geografia, mas realçar um compromisso que ultrapassa a Geografia: fortalecer os valores democráticos e éticos. A partir de nossas categorias centrais (espaço, território, Estado, região, natureza, sociedade, etc) expandirmos cada vez mais o respeito ao outro, ao diferente. (KAERCHER, 2003, p. 50).

Dessa forma, o profissional da educação, formado ou em formação, aqui com um foco aos professores de Geografia devem levar em consideração o tema da inclusão, discuti-lo na escola, não pensando apenas na inclusão de discente PCD, mas também na inclusão dos demais alunos nesse contexto inclusivo. (RIBEIRO; MONTENEGRO, 2016).

Destacamos a importância da utilização de materiais didáticos que sejam adaptados para alunos surdos e cegos. Para os surdos, o destaque ficaria com a adequação do uso de imagens, já que elas podem retratar as diversas situações e momentos do nosso espaço geográfico, podendo até ser utilizado como exemplos de fenômenos naturais e culturais, como destacam Zatta e Aguiar (2009): “o uso de imagens como recurso didático pode auxiliar o trabalho com a formação de conceitos geográficos, diferenciando paisagem de espaço e, a depender da abordagem dada ao conteúdo, desenvolver conceitos de região, território, lugar.”

Já as aulas direcionadas para alunos cegos e com baixa visão, ficam destacados pelo uso mais tátil, assim sendo possível a utilização de materiais adaptados como mapas táteis, maquetes, gráficos, e quando disponível, livro em braille e até mesmo recurso sonoro. Para Custódio (2013):

nas aulas de Geografia com a presença de alunos cegos, além das relações estabelecidas entre as experiências dos estudantes e os conceitos geográficos, o professor precisa, também, refletir sobre a possibilidade de transpor a realidade para que possa ser lida pelas mãos. As explicações oralizadas pelo professor em sala de aula podem, muitas vezes, não ser suficientemente claras para descrever determinados conceitos que podem se tornar abstratos. Para suprir essas necessidades, os mapas táteis cumprem o importante papel de ampliar a percepção e compreensão espacial pelo aluno com restrições visuais. (CUSTÓDIO, 2013, p. 74-75).

A cartografia tátil é um grande auxiliador na hora de realizar aulas de Geografia, seja uma aula voltada para alunos videntes, seja aula exclusivamente para alunos com baixa visão ou cegos, podendo assim fazer com que tenham uma oportunidade de aprender e também a compreender os conteúdos apresentados de forma clara e objetiva, assim como as imagens de mapas, paisagens, regiões, facilitam para o entendimento dos alunos surdos, quebrando essas barreiras que dificultam o acesso ao conhecimento geográfico.

É importante uma reflexão crítica em relação à prática educativa, assim como salienta Paulo Freire (2002): “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002).

4 GEOGRAFIA EMOCIONAL E CULTURAL

A Geografia Emocional e Cultural está atrelada uma a outra, isso posto podemos pensar as emoções dentro das perspectivas de cultura e mostrar discussões nos espaços e como podem contribuir para o ensino de Geografia, partimos para analisar como essa ligação está envolvida no nosso cotidiano.

Os povos dos diversos lugares, regiões e continentes constrói sua própria identidade marcada pela herança dos conhecimentos passados de geração para geração, assim enriquecendo sua própria cultura e possuindo várias histórias para serem contadas de numerosos tempos. Desse modo, sempre há um líder ou governante que conduz a organização do grupo levando para cada pessoa uma determinada tarefa dentro da cultura buscando a todo o momento educar sobre aquele determinado lugar, a língua, costumes e as artes, dentre outros.

Nesse sentido, a família tem um papel fundamental na conduta dos hábitos e costumes, principalmente os pais para criação de seus filhos, na qual é responsável nas primeiras etapas de sua vida, assim sendo, a família é vista como forma de cultura em cada grupo na sociedade, e sendo assim traz consigo suas emoções nas relações possibilitando experiências e vivências.

A infância dos homens tem necessidade, durante alguns anos, da proteção e da educação de seus pais para sobreviver. O despertar de todos os sentidos permite explorar o meio: ver e reconhecer as pessoas os objetos, o acessível e o longínquos, distinguir os odores, os gostos mais ou menos agradáveis, o quente e o frio, o macio e o rugoso, escutar as vozes e identificar os barulhos (CLAVAL, 2007, p. 64).

A comunicação é um dos elementos fundamentais na cultura, na qual cada povo ou comunidade tem suas próprias características linguísticas como a língua e suas estruturas e regras de escrever, de falar através da oralidade ou gestual, conduzindo suas emoções como felicidade, tristeza, raiva entre outras. Assim, cada região ou continente define seu próprio dialeto, conseqüentemente, cada civilização tem seus hábitos e formas de se expressar formal ou informal, carregando suas particularidades através de diversos sotaques.

Modalidade natural, a comunicação oral e gestual, não necessita de nenhum instrumento e é utilizável por todos. O movimento observado e a palavra que o acompanha frequentemente permitem a aquisição de práticas: o aprendiz brande seu martelo e mira o prego para introduzi-lo direito: “Segure bem a ponta, olhe o prego, e dê um bom golpe!” aconselha o mestre. Nos casos simples, o gesto pode suplantar a linguagem (WESTLEY E MACLEAN, 1957, p. 34).

Os meios de conversação são próprios de cada lugar, bem como suas artes passadas entre várias línguas, civilizações, assim são muitas trocas de informações de diferentes pessoas adquirindo principalmente conhecimentos de inúmeras culturas artísticas e linguísticas.

Dessa maneira, os diálogos entre esses indivíduos acabam havendo a necessidade de intérpretes e tradutores que tenham o entendimento para transmitir o que o interlocutor está falando através de músicas, encenações, danças, pinturas dentre outras artes. Visto isso, um exemplo é a música e a voz na qual conseguem trazer e envolver simples palavras num peso emocional. Em algumas populações, os sons de instrumentos são codificados e passados por mensagens através da sonoridade.

Diante disso, esses processos culturais constroem diversos significados para inúmeras raças e etnias enriquecendo a Geografia como ciência em seus estudos, como também na educação, sendo trabalhados através do espaço escolar carregando emoções pela busca do saber dos diferentes povos do globo.

O ensino de Geografia vem se desenvolvendo e transformando de acordo com as mudanças ocorridas no espaço, traz consigo nas suas práticas pedagógicas marcantes formas no nosso dia a dia, tanto dos professores quanto dos alunos, assim é possível analisar o espaço escolar em diferentes escalas, com o papel fundamental do professor em relação ao ensino e aprendizagem, tal qual se insere também no corpo docente com as aplicações de projetos, planejamentos para construção da educação.

Nesse sentido, observamos o espaço escolar para entender as relações do sujeito com o lugar e suas interações, vista pela Geografia Emocional como compreensão de um espaço vivido.

Para a Geografia Emocional, o corpo é o lugar dos sentimentos e da experiência, que são socialmente integrados, mas é no corpo que eles estão localizados, apesar de introduzida nas relações sociais, é em última análise pessoal a localização do sujeito psicológico. Dessa maneira na Geografia afetiva, o corpo não pode ser visto como pessoal, mas como transpessoal, assim o corpo tem o desafio de expressar as emoções, sendo a localização do não psicológico, ou qual for o contexto histórico e cultural particular, a base de sua experiência geográfica é o extrato corporal pré-reflexivo de sua vida e seu espaço corporalmente vivido (PILE, 2010).

Se buscarmos compreender o espaço escolar como um (sub) espaço do Espaço Geográfico que é constituído por esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações constantemente tensionados entre si. Interpretamos um subespaço capaz de representar as tensões do mundo em múltiplas escalas, e, que, ao mesmo tempo, assume uma singularidade quase que impossível de ser compreendida de forma isolada.

O ambiente escolar até então tratado como um espaço responsável pela produção do sujeito (pós) moderno vem sendo questionado se realmente está cumprindo esse papel. A instituição que prima pela disciplina e pela informação e pelo conhecimento reconhecera que

os fatores que dinamizam os processos socializadores e civilizatórios estariam entrando em conflito?

Já parou para refletir sobre o espaço escolar? Conseguimos entender e expor manifestações através das emoções nos lugares, e principalmente na sala de aula, na qual observamos as diversas relações de grupos de alunos, inclusive expressões com o professor. Conseqüentemente, essa relação entre professor e aluno, onde podemos notar a importância do desenvolvimento do ensino e aprendizagem no espaço escolar obtendo grande relevância na Geografia Emocional.

Para o espaço escolar vale ressaltar que, “é importante considerar a particular espacialidade das salas de aula e como elas funcionam como lugares afetivamente carregados” (WATKINS, 2011).

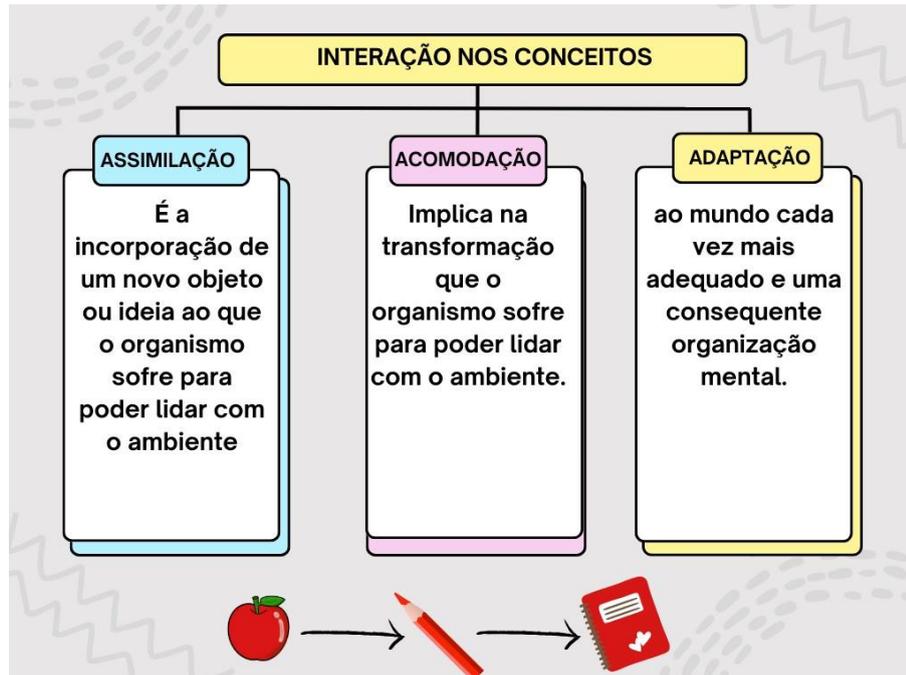
A afetividade das salas de aula, particularmente nos primeiros anos de escola, é intensificada dada a natureza de sua interioridade, a proximidade e a natureza prolongada da interação corporal que ocorre ali e o apego pessoal que cada um de seus ocupantes sente por esses espaços (SILVA, 2020).

Nesse sentido, as emoções acabam refletindo no nosso cotidiano como relacionamentos, com a família, amigos, no trabalho, nos estudos de forma geral e que conseqüentemente acaba influenciando nos ambientes e principalmente na Geografia Emocional. No entanto, o espaço escolar passa por todas as fases da vida das pessoas desde que se inicia a alfabetização até as pós-graduações, assim para Jean Piaget que passou sua vida analisando o psiquismo infantil busca entender todo o processo de desenvolvimento das fases da criança.

Refletem o tema através de que cada criança constrói, ao longo do processo de desenvolvimento, o seu próprio modelo de mundo. Assim, desde o princípio, a própria criança exerce controle sobre a obtenção e organização de sua experiência do mundo exterior. O construtivismo explica os processos de desenvolvimento e aprendizagem como resultados da atividade do homem na interação com o ambiente (GOULART, 1996).

Goulart (1996) explica esta interação nos conceitos de assimilação, acomodação e adaptação. A fase da assimilação é a incorporação de um novo objeto ou ideia ao que o organismo sofre para poder lidar com o ambiente, como uma criança passa a assimilar a cor do lápis de cor vermelho, à maçã que é uma fruta vermelha; a acomodação está muito ligada à transformação que se constrói pela assimilação sobre o ambiente, onde podemos colocar como exemplo a fase que a criança passa nos primeiros dias de aula; e por fim temos a adaptação que envolve um mundo mais adequado e confortável relacionado com os outros dois conceitos.

Tabela 1: Interação nos conceitos - Assimilação, Acomodação e Adaptação.



Fonte: Goulart (1996).

Assim podemos refletir como as emoções fazem parte dos espaços geográficos e de que o desenvolvimento cognitivo passa a ser controlado por esses fatores que acabam tornando uma peça-chave através das atividades infantis na coordenação motora, na identificação de objetos e de ambientes, e até na construção do conhecimento, na adaptação no novo trabalho ou faculdade na vida adulta.

Reflete sobre o tema por meio da compreensão, na prática, sobre como a nossa mente processa as informações é o objeto de estudo da neurociência cognitiva, o que possibilita aprender, desenvolver e acumular conhecimentos, além de aperfeiçoar as múltiplas inteligências. (PINTO, 2021).

Visto isso entendemos, por exemplo, os processos de ensino manifestados pelas interações de cada aluno, professor, coordenadores pedagógicos, pais, ou seja, toda comunidade escolar que ultrapassa sobre o ambiente do espaço escolar.

Outro exemplo importante para refletir são os das pessoas surdas que demonstram suas emoções através das expressões faciais e corporais pela Língua Brasileira de Sinais - Libras, que vem se inserindo no ensino e principalmente nas práticas geográficas. Contudo adentramos numa discussão contemporânea que abarca não só o sujeito, mas o ensino de Geografia, a cultura surda e principalmente as relações por meio das experiências emocionais no cotidiano do espaço escolar fazendo parte do relacionamento e comunicação entre as pessoas ouvintes e surdas.

Dessa forma para as pessoas surdas a Libras, manifesta-se de modo natural a partir dos contatos com os indivíduos que também conhecem a língua tanto surdos como ouvintes, “assim como acontece à aquisição de quaisquer outras línguas por outros falantes de outros grupos sociais” (QUADROS, 1997). A edificação do conhecimento passa pelo desenvolvimento envolvendo diversos desafios na construção da educação, apresentando diferentes realidades, assim na contemporaneidade mostra que é vital refletir sobre o ensino e a Geografia é umas das disciplinas importantes para aprendizagem dos alunos surdos.

Como também os estudantes que possuem deficiência visual, seja com baixa visão ou cegueira, devem desfrutar de atividades acessíveis, como por exemplo, a cartografia tátil, sendo possível o aluno compreender com o tato às diferentes representações gráficas, assim fazendo com que o mesmo se sinta representado e incluído durante as aulas. Portanto, é importante haver uma procura para capacitação e formação continuada de professores em Atendimento Educacional Especializado.

Pensando a partir da Geografia, Souza diz que “o espaço geográfico é, portanto, um espaço verdadeira e densamente social, e as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais ainda que sem perder de vista as dinâmicas naturais e seus condicionantes relativos” (SOUZA, 2015).

Desse modo, podemos analisar a partir da fala do autor a respeito do conceito de espaço geográfico, que acaba relacionando desde o aspecto do espaço natural até o aspecto social, definido por esses dois conceitos que regem a categoria geográfica. Assim, podemos destacar que o espaço geográfico é localizável, mutável, diferenciado e a importância que o homem exerce nesse meio.

Nessa questão trazemos para o ambiente do espaço escolar, onde percebemos que o conceito do espaço geográfico se faz presente, mostrando essa relação dos aspectos naturais e sociais, na qual passa a fazer vínculo não somente com as mudanças do espaço presente, mas como do passado e também do futuro.

Como traz na reflexão de Pinto;

Compreender a escola como um (sub)espaço fluido e complexo. A origem para compreender como se dá entrosamento e reconhecimento com o espaço está no sujeito, e se levarmos em conta que este espaço é (também) geográfico, as (inter)ações espaciais se confundem com as epistemologias genéticas e da ciência Geográfica. (PINTO, 2021).

Sobre isso, acabam fazendo parte da Geografia Emocional essas relações com os períodos vividos e transformados no espaço. Contudo o espaço escolar estabelece conexão, traz consigo reflexão para poder entender as emoções sobre um olhar das práticas educativas

permitindo as interações entre os professores e alunos valorizando essas experiências contidas no espaço escolar.

Como uma prática emocional, o ensino ativo, colore e expressa os sentimentos e ações de professores e aqueles que eles influenciam. Professores podem entusiasmar seus alunos ou aborrecê-los, ser acessível ou pouco comunicativo com os pais, confiar em seus colegas ou suspeitar deles. Todo o ensino é, portanto, inextricavelmente emocional (HARGREAVES, 2001).

Desta maneira, a Geografia Emocional vai além e passa a retratar os padrões das culturas, modo de vida, tradições, ações do dia a dia através das interações humanas que acabam demonstrando nos espaços, relações essas que ultrapassam as barreiras não somente com o outro, mas com o mundo, pois por meio da modernização por consequência da globalização os meios de comunicação passaram a se inovar.

As sociedades procuram compartilhar e construir informações para assim poder sobreviver em grupo e essa troca conduz para além do mais, se cria linhagens formando relações sobre o espaço geográfico. Por esse motivo, uma mesma cultura reúne aqueles que dividem dos mesmos segredos, pois isso simplifica os acordos e as trapagens, modos esses de se plantar, de colher, de andar, de se vestir, entre outros diversos hábitos.

Os relacionamentos sociais entre as diversas culturas estão muito ligados aos modos de organizar e administrar politicamente, dessa maneira consequentemente norteando cada indivíduo para um só caminho ou para diferentes caminhos.

Será que todas as culturas têm a mesma quantidade de seguidores? Ou melhor, os mesmos hábitos? Não! Todas as culturas barganham diferentes formas de expressarem seus costumes bem como suas artes, línguas, escritas, vestimentas, seus pratos típicos de regiões diferentes se instalados, como também enriquecidos pela fauna, flora, o clima específico de cada lugar, podendo assim dividir e levar seus conhecimentos para todos e haver uma troca de informações entre diversas culturas.

4.1 Cultura surda

A Cultura Surda engloba possibilidades e elementos próprios da vida dos sujeitos que se reconhecem como surdos, abrangendo não apenas aspectos mais comuns da vida de cada um, mas também o grupo social que constituem. A privação do sentido da audição não inviabiliza a interação linguística, a participação social ou a produção cultural das pessoas surdas. Na verdade, realiza diversas possibilidades alternativas para a sua atuação nessas áreas.

Ao nos aproximarmos mais da realidade surda, pela vivência e pelo estudo, descobrimos que ela comporta um rico, complexo e inspirador conjunto de elementos culturais caracterizados pelas formas alternativas de produção e interação dessas pessoas, alimentados e enriquecidos nas comunidades surdas e, infelizmente, ainda pouco conhecidas entre os ouvintes.

Nesse sentido, a Comunidade surda é composta por surdos e por ouvintes, como professores, familiares, intérpretes, amigos, entre outros. As associações e organizações são centros cuja importância se manifesta, por exemplo, na possibilidade de o surdo interagir com outras pessoas surdas, o que favorece a construção da sua identidade, a possibilidade de aprender a língua de sinais, as lutas sociais do segmento, por vezes, abraçadas nessas organizações. Dessa maneira faz parte da Cultura Surda: Literatura; Poesia; Teatro; Cinema; Música e outras artes.

Assim, a Cultura Surda se manifesta em diversas esferas da sociedade, bem como a presença dos alunos surdos nos espaços de ensino mostra como os traços da diversidade cultural no cotidiano escolar passa a exigir grandes transformações nos currículos e práticas pedagógicas.

A identidade surda está muito ligada à cultura, então está muito inserida uma a outra nas diversas formas de interação das pessoas com a arte de produzir. Assim a cultura surda foi construída a partir da Libras, com a comunicação sendo a base essencial para a convivência e formação de hábitos e costumes colocados em prática. Dessa maneira, com identidade caracterizada e definida através de aspectos confirmados pela diferença, o lugar de fala do sujeito surdo fica assegurado por meio do instrumento principal de transmissão e protagonista da pessoa surda, a língua.

Faz-se necessário estar perto daqueles de quem se quer copiar os gestos para seguir as etapas, misturar-se a um grupo para aprender as regras de polidez ou de troca. A voz alcança alguns metros para mensagem um pouco complexas, algumas dezenas de metros para ordens simples que podem ser bradadas (CLAVAL, 2007, p. 67).

As características culturais passam a representar uma função essencial na sociedade como todo, é interligada por dois mundos entre si, o mundo da pessoa surda e o mundo da pessoa ouvinte (GESSER, 2009). Visto isso, assumindo o papel de protagonistas de produzir e reproduzir a cultura, o mais importante entre descendentes e sucessores é manter e repassar essa identidade cultural.

A Língua de sinais é um aspecto fundamental da cultura surda. [...] A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as

experiências visuais dos sujeitos surdos e que vai levar o surdo a transmitir e a proporcionar-lhe aquisição de conhecimento universal (STROBEL, 2009, p. 47).

Um conglomerado de sensações ao analisar as emoções, agitações através das expressões faciais ao verem as pessoas surdas sinalizando de uma forma que envolve não somente quem participa do diálogo, mas todos ao seu redor, tal qual é com os ouvintes ao ecoar o som da voz numa conversa, na música principalmente nos faz levar a lembranças e memórias marcadas nas histórias vividas por nós ou até mesmo amigos ou familiares antepassados.

A Língua Brasileira de Sinais acabou se transformando em uma forte influência de participação não somente na cultura surda, mas acabou envolvendo a cultura presente das tecnologias que engloba a todos em propagandas, comerciais, séries, filmes e até mesmo a música.

Deste modo, mostra o quão rico é a cultura surda presente nessas trocas de culturalismo nas artes brasileiras espalhadas em divisores de características em cada parte do país, assim criando diversidades e possibilidade entre os surdos do Brasil de terem acesso à tecnologia e conhecer a cultura local de cada região.

Como todo cidadão, a pessoa surda tem o direito a ter o acesso e acessibilidade a todas as culturas, porém grande parte de cinemas e instituições não disponibilizam essa garantia de acesso com os direitos acessíveis como filmes legendados, intérpretes de Libras.

4.2 Cultura cega

Em relação à acessibilidade, ela é definida a partir de duas bases cruciais: acessibilidade urbana ou arquitetônica e acessibilidade tecnológica, essas duas definições são a garantia do direito à cidadania. Possibilitar essas condições de mobilidade em ambientes físicos é assegurar autonomia e segurança, eliminando assim barreiras arquitetônicas e urbanísticas, sejam em cidades, em edifícios, nos meios de transportes e até na comunicação. Um espaço, quando acessível para todos, pode proporcionar oportunidades iguais a seus usuários (OLIVEIRA; PAGLIUCA, 2014).

Em 2015, foi promulgada a lei nº 13.146⁴, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão, que torna obrigatória o direito à acessibilidade, principalmente em espaços culturais. Essa

⁴ A lei nº 13.146/2015, é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

acessibilidade cultural não busca somente as pessoas com deficiências, como salienta SARRAF (2018):

No universo da cultura, podemos afirmar a existência de um conceito de Acessibilidade Cultural que pressupõe que os espaços públicos e privados que acolhem os diferentes tipos de produção cultural como exposições, espetáculos, audiovisual, cursos, oficinas, eventos e todos os demais tipos de ofertas, devem oferecer um conjunto de adequações, medidas e atitudes que proporcionem bem-estar, acolhimento e acesso à fruição cultural para pessoas com deficiência, beneficiando públicos diversos (SARRAF, 2018, p. 25).

É um direito fundamental de todas as pessoas terem acesso à cultura, já que colabora para o pensamento de pertencimento, uma criação de identidade, algo que incentiva a socialização e a criatividade (GONÇALVES et al, 2021).

Pessoas com deficiência visual, principalmente cega, podem possuir limitações, trazendo assim obstáculos em relação ao seu dia a dia na sociedade. No entanto, atualmente, com o avanço das tecnologias, essas barreiras podem ser eliminadas por meio de dois elementos: uma educação adaptada à sua realidade; e o uso de tecnologias. No Brasil, há um custo alto para a educação de cego, dificultando assim o acesso à cultura. A produção de livros em braille é baixa, já que é muito caro essa produção, então apenas alguns livros essenciais são transcritos para o braille (BORGES, 1996).

Com essa falta de acesso para livros em braille, o grande parceiro do cego na atualidade é o computador e o *smartphone*, pois através dos recursos sonoros que essas tecnologias disponibilizam, é possível utilizá-los com bastante facilidade (BORGES, 1996). O próprio *smartphone* disponibiliza essa acessibilidade, é exigido apenas ativar essa configuração. Em computadores há disponíveis alguns programas que é possível fazer o *download*, como por exemplo, o DOSVOX, NVDA e o Balabolka.

Museus são bons ambientes para o uso dessa ferramenta – já que o tato raramente é possível -, para audiodescrever qualquer peça que esteja disponível para as pessoas. Essa audiodescrição pode ser feita pelo programa já automatizado ou por uma pessoa presencialmente. Esse recurso deve ser oferecido para a pessoa com deficiência visual no espaço do museu.

O Museu, para incluir a pessoa com deficiência visual em sua programação, precisa entender a deficiência em sua extensão social, removendo tensões e preconceitos, o que é possível quando se estabelece o diálogo. Tornar um Museu “inclusivo”, com efeito, implica a criação de programas e atividades que ofereçam possibilidade a pessoas com deficiência (LIMA; BERQUÓ, 2012 p. 7).

A existência de piso tátil nas calçadas também pode ser incluída como cultural pela população cega e de baixa visão. Ross e Silva (2013) salientam que é algo que busca possibilitar

autonomia, podemos dizer que é mais uma tecnologia assistiva, como também algo geográfico, já que ajuda com o fluxo e locomoção, auxiliando nos serviços e nas interações dos cegos com o local, com o bairro, com a cidade. E o piso tátil já se transformou em uma sinalização, facilitando assim cada vez mais o deslocamento da pessoa com deficiência visual, seja de modo mais rápido, mais seguro e mais eficiente.

A prática de atividade física, de lazer e esportiva pode caracterizar uma ferramenta importante de inclusão social para PCD. Essa prática possibilita o bem-estar, seja físico, mental ou social (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

O futebol é um caso de atividade física e esportiva que já se tornou cultural no Brasil. O Futebol de cinco, também conhecido como Futebol de Cegos, é uma adaptação do Futsal convencional. A bola do Futebol de Cinco é igual à de Futsal, porém possui guizos dentro para que os jogadores possam localizá-la. A equipe ainda conta com um chamador que fica atrás do gol adversário, orientando o ataque dos jogadores (SIMIM, et al, 2015).

Apesar de não ser tão grande, ainda existe a produção de livros em braille, realizada em sua maioria pela Fundação Dorina Nowill. No estado de São Paulo há o Espaço Braille, localizado na Biblioteca Monteiro Lobato na cidade de São Bernardo, onde existe um acervo com mais de mil livros em braille disponíveis para leitura, é possível realizar o empréstimo de várias coleções de livros.

São muitas as possibilidades de adaptação cultural para pessoa com deficiência visual, e um dos principais meios atualmente é com o uso de Tecnologia Assistiva, como evidência Plaça (2020), “As tecnologias deixam de ter apenas uma dimensão técnica e aparecem como artefatos culturais que auxiliam na formação e constituição dos sujeitos e como parte da atividade são fundamentais para que algumas ações sejam efetivadas” (PLAÇA, 2020, p. 217).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação traz consigo uma bagagem de transformação passada através de conhecimentos e a ciência geográfica faz parte dessa construção de saberes, passados com emoções e culturas na inclusão social. “Uma escola inclusiva é uma escola na qual toda a criança é respeitada e encorajada a aprender até o limite das suas capacidades”(REBOCHO et al. 2009). O espaço escolar é lugar de mudanças, trocas e aprendizagem superando cada obstáculo.

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (UNESCO, p. 4)

Visto isso, para melhor debater o ambiente escolar abrange o desenvolvimento humano desde a alfabetização até as pós-graduações, independente das condições culturais, raciais, sociais, religiosas, biológicas, emocionais e inúmeras outras categorias que integram o todo social. Os estudantes englobam diferentes grupos de pessoas, que formam a diversidade através das manifestações na qual podem ser direcionados para salas mistas voltadas à inclusão.

Nesse sentido, as escolas têm que se adequar para garantir a permanência de estudantes com deficiência ou não. Por esse motivo, algumas apresentaram mudanças nas estruturas e funcionamento, como por exemplo, intérpretes para atendimentos ou auxiliar professores nas aulas, rampas de acesso para pessoas com dificuldade de locomoção, banheiros adaptados para pessoa em cadeira de roda, piso tátil nos corredores para cegos, um conjunto de pedagogos para Atendimento Educacional Especializado, materiais didáticos e planejamentos escolar.

O desenvolvimento deste estudo qualitativo, seguiu uma metodologia em um projeto com a temática: “O solo e suas classificações e múltiplas funções” para alunos surdos e cegos, sendo semiestruturado com o objetivo, desenvolvimento e reflexão.

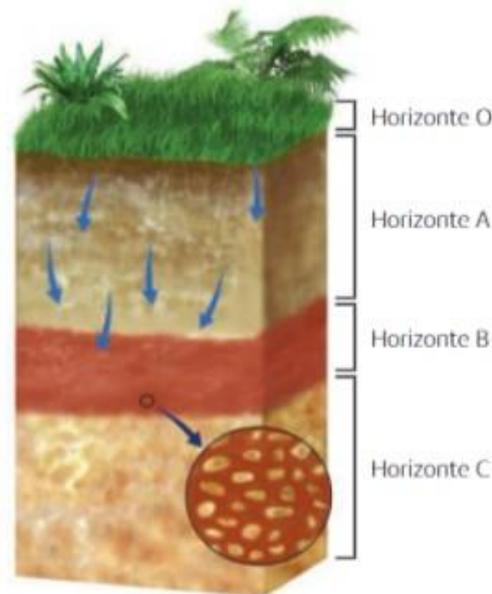
O objetivo principal é entender o que é o solo e qual sua importância para a sociedade. O desenvolvimento é dividido em motivação, apresentação e ação. A motivação se inicia perguntando se já utilizaram o solo e como. A apresentação começa explicando o que é solos e como podem ser classificados e também como tem múltiplas funções e usos. Na ação é preciso mostrar os tipos de solos argiloso e arenoso, assim o aluno pode sentir através do tato as texturas dos solos, os grupos sendo dividido por quatros alunos para identificar as amostras de solos por meio das texturas e outros elementos como as cores. E por fim a reflexão sobre a importância do uso dos solos para plantações, e para a estética dentre outros, mas tem como objetivo

principalmente desempenhar outras funções tanto para natureza quanto para toda sociedade. E afinal, o que é solo?

O solo como um material mineral e orgânico inconsolidado na superfície da terra que serve como meio natural para o crescimento e desenvolvimento de plantas terrestres. O material mineral vem da decomposição da rocha, e o orgânico é resultado da decomposição de animais e vegetais. (IBGE, 2015)

O solo pode ser classificado pelo seu desenvolvimento em rochas, solos jovens e solos maduros, sendo analisado pela estrutura no perfil por letras com base nos horizontes os principais são O, A, B e C, na qual cada camada de solo se torna diferente pelas suas características próprias. A letra O significa que é um horizonte orgânico na parte superior do solo, o horizonte A apresenta alto teor de material orgânico, o horizonte B é caracterizado por argilas, alumínio ou ferro, o horizonte C se encontra o material de origem dos solos ou substratos pedogenéticos, como podemos ver na Figura 11.

Figura 11 - Perfil de um solo



Fonte: Chernicoff e Whitney (2002).

A principal função do solo é sustentar e fornecer nutrientes para a planta, fazendo-se agente primordial por sustentar a vegetação e fornecer elementos que são absorvidos pelas raízes que permitem o desenvolvimento de vegetais, tal qual realiza diversas outras funções como naturais e sociais. O solo é importante para todos os seres vivos, e seus usos são fundamentais pela grande produção de alimentos, fornecimento de energia entre outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos surdos e cegos na educação básica de ensino a cada dia vem sendo alvo de muitas discussões e debates, pois está envolvendo, além de necessárias mudanças na forma de se pensar e propor educação, uma série de fatores que vão desde a formação de professores para atender a esta diversidade, como também as infraestruturas escolares como salas e seu entorno e recursos educacionais como ferramentas digitais e materiais didáticos.

Respondendo à pergunta inicial “como ensinar Geografia para pessoas surdas e cegas?” Há diversas metodologias que podemos trabalhar envolvendo conteúdos geográficos relacionados com o cotidiano do aluno, tal qual desenvolvendo de forma dinâmica e inclusiva aulas que sejam adaptadas para a realidade do discente, seja surdo ou cego.

O ensinar Geografia parte do ponto principal: o planejamento, sendo foco inicial para determinado assunto abordado, seja ele a cultura, solo, categorias geográficas, geopolítica, clima, agricultura, economia, urbanismo, hidrografia, entre outros conteúdos seja ele dessa ou disciplina.

A importância de adaptar todo conteúdo, traz para os alunos cegos e surdos a sua maior aptidão aos outros demais sentidos, como por exemplo, para os discentes surdos é preciso mostra o que o assunto está falando seja através de imagens, desenhos, filmes, poesia, objetos, até da música em Libras e porque não incluir sua própria cultura, assim faz com que possa aprender e questionar o professor ou até mesmo o intérprete.

Para os alunos cegos, podemos tornar acessível o conteúdo como trazer para a realidade proposta de modo que, ao ensinar a categoria da paisagem é possível ser utilizados por meio dos sons, dos cheiros, do toque. Outro exemplo, é trabalhar globalização com tapete sensorial, maquete, mapa tátil, bem como o nosso projeto citado no tópico anterior sentir o solo através das texturas seja argilosa ou arenosa.

À vista disso, fizemos uma visita técnica para conhecer e selecionar o dia do projeto e desenvolvê-lo com os alunos surdos e cegos. A escola 4 citada no mapa urbano da área da pesquisa é referência para alunos surdos, e assim conversamos com a coordenadora pedagógica, pois o diretor não se encontrava no local, dessa forma perguntamos se poderíamos aplicar o projeto, a seguinte resposta foi que as aulas de Geografia são lecionadas por dois professores da disciplina e com a reforma do novo Ensino Médio as horas diminuiram e o semestre estava terminando não teria como apresentar o projeto.

A escola 5 é referência para alunos com baixa visão e cegos, e atualmente tem aulas de Braille com Reglete e mobilidade na qual é trabalhado lateralidade estimulando a coordenação motora: direito e esquerdo favorecendo domínio do próprio corpo; aulas de música desenvolvendo oralidade e cultura; projeto pedagógico na qual ensinam os alunos a serem mais independentes com materiais cortantes como faca, a amarra o próprio cadarço; aulas de matemática com encaixes geométricos e Soroban materiais assistivos, um ponto importante é que a escola fornecia materiais adaptados em escrita Braille. O projeto de solos não pôde ser aplicado à escola, pois a mesma estava em reforma.

Para concluir, os objetivos em parte foram alcançados pois conseguimos debater o referido tema com as nossas experiências vivenciadas ao longo da graduação com partilhas de rotinas e vidas de pessoas surdas e cegas na qual são muito ativas para quebrar ainda mais barreiras preconceituosas e capacitistas e que acreditam em uma educação melhor e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P.; ROCHA, I. S.; PEIXOTO, S. A.. Uma Reflexão Acerca do Ensino de Geografia e da Inclusão de Alunos Surdos em Classes Regulares. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. v. 3, n. 5, p. 98-118.

AMORIM, R. O.; GOMES; S. P.; FUMES, N. L. F.. A experiência do núcleo de acessibilidade da UFAL: contribuições para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. **VI Encontro Alagoano de Educação Inclusiva/I Encontro Nordestino de Inclusão na Educação Superior**, v. 1, n. 1, 2015.

ANDRADE, M. C.. (org.). **Élisée Reclus**, São Paulo: Editora Ática, 1985.

ANDRADE, S.. Práticas pedagógicas para incluir alunos com deficiências nas aulas de Geografia. In: NOGUEIRA, R. E. (Org.). **Geografia e inclusão escolar: teoria e práticas**. Florianópolis: Edições do Bosque, 2016.

BERSCH, R.. Introdução à Tecnologia Assistiva. **Assistiva - Tecnologia e Educação**, Porto Alegre, 2017.

BERSCH, R; MACHADO, R.. Tecnologia Assistiva - TA: Aplicações na Educação. In: SILUK, A. C. P. (Org.). **Atendimento Educacional Especializado – AEE: contribuições para a prática pedagógica**. 1 ed., 1 reimpr. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação - CE. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2014.

Biblioteca Monteiro Lobato tem acervo de livros em braille. **Rudge Ramos Online**. 12 set. 2017. Disponível em: <http://www.metodista.br/ronline/noticias/2017/biblioteca-monteiro-lobato-tem-acervo-de-livros-em-braille>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BONDI, L; DAVIDSON, J; SMITH, M.. Introduction: Geography's Emotional Turn. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 1-16.

BORGES, J. A.. DOSVOX – um novo acesso dos cegos à cultura e ao trabalho. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 3, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**, INES: Instituto Nacional de Educação de Surdos. Rio de Janeiro 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Brasília 2008.

CALLAI, H. C.. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí: Unijuí. 1999.

CARVALHO, R. E.. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

CASTROGIOVANNI, A. C.. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2002, 169 p.

CAVALCANTI, L. S.. Proposições metodológicas para a construção de conceitos geográficos no ensino escolar. In: CAVALCANTI, L. S.. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 9 ed. Campinas, Papirus, 2006.

CHERNICOFF, S.; WHITNEY, D.. *Geology: an introduction to Physical Geology*. 3. ed. Boston: Houghton Mifflin Company, 2002. p. 163.

CLAVAL, P.. **A Geografia Cultural**. 3 Ed.- Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

COOK, A.M.; HUSSEY, S. M.. **Assistive Technologies: Principles and Practices**. St. Louis, Missouri. Mosby - Year Book, Inc. 1995.

CORRÊA, R. L.. **Trajetórias geográficas**. Bertrand Brasil, 1997.

CUSTÓDIO, G. A. **O Processo de elaboração de conceitos geográficos em alunos com deficiência visual**. 2013. 166p.

CUSTÓDIO, G. A.; RÉGIS, T. C.. Recursos didáticos no processo de inclusão educacional nas aulas de Geografia. In: NOGUEIRA, R. E. (Org.). **Geografia e inclusão escolar: teoria e práticas**. Florianópolis: Edições do Bosque, 2016.

DAMÁZIO, M. F. M.. **Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez**. MEC, SEESP, 2007.

FERNANDES, A. C. S.; SOUZA, D. G.; FARIA, Í. A.; SOUZA, M. A. S.; MACHADO, S. P.. Literatura e inclusão através do Hand Talk. **Ciência e Educação** (Bauru), 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 165p.

GESSER, A.. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GONÇALVES, R. F.; MORGADO, R. S.; DORNELES, P. S.. Processos artísticos inclusivos: Sala Experiências do Olhar do Museu do Ingá, um relato de caso. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 62, 2021.

GOULART, I. B.. **Piaget: Experiências básicas para utilização pelo professor**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

HARGREAVES, A.. Emotional Geographies of Teaching. **Teachers College Record** Volume 103, Number 6, December 2001, p. 1056–1080.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Manual Técnico de Pedologia**. Ed. 3, Rio de Janeiro, 2015.

KAERCHER, N. A.. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

- LEMOS, E. R.. José Álvares de Azevedo: Patrono da Educação dos cegos no Brasil. **Revista Benjamin Constant**. Rio de Janeiro, Instituto Benjamin Constant, nº 24, abril de 2003.
- LEMOS, F. M.; FERREIRA, P. F.. Instituto Benjamin Constant uma história centenária. **Revista Benjamin Constant**, n. 1, 1995.
- LIMA, D. F. C.; BERQUÓ, A. F.. Museu através do toque: a inclusão social da pessoa com deficiência visual. **Benjamin Constant**, n. 51, 2012.
- LINS, W. B.. **História e mentalidade dos deficientes visuais em Alagoas**. Maceió, 2018.
- MANTOAN, M. T. É.. **Espaço**: informativo técnico-científico do INES, nº 13, Rio de Janeiro: INES, 2000.
- MATOS, I. S.. **Formação continuada dos professores do AEE**: saberes e práticas pedagógicas para a inclusão e permanência de alunos com surdocegueira na escola. 2012.
- OLIVEIRA, É. D; PRACZUM, S. M.; *et al.* O Ensino da Geografia na Perspectiva dos seus Conceitos Fundamentais: Espaço, Lugar, Território, Região e Paisagem. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v.6, n. 1, p. 122-140, jan./abr. 2020.
- OLIVEIRA, M. G.; PAGLIUCA, L. M. F.. Análise comparativa da acessibilidade para cegos: contextos culturais. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 57, v. 1, p. 92-103, jan.-jun. 2014.
- PILE, S.. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the British Geographers**. Reino Unido, 2010. NS 35, p. 5-20.
- PINTO, K.. Emoções e Sentimentos: como as Neurociências podem ajudar o ensino de geografia? In: SANTOS, L. P.; COSTELLA, R. Z. (Orgs.). **As perguntas de professores de geografia nos corredores da vida**: algumas respostas de quem já se perguntou. Curitiba: CRV, 2021.
- PLAÇA, J. S. V.. **O uso de Tecnologia Assistiva como artefato cultural no Atendimento Educacional Especializado para alunos cego ou com baixa visão**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2020.
- Plano Estadual de Educação (PEE). Lei nº 7.795, de 22/01/2016. Maceió. 2016.
- Plano Municipal de Educação (PME). Lei nº. 6.109, de 01/02/2012. Maceió. 2015.
- QUADROS, R. M.. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. 126 p.
- REBOCHO, Mónica; SARAGOÇA, Maria José; CANDEIAS, Adelinda Araújo. Fundamentos para a educação inclusiva em Portugal. In CANDEIAS, Adelinda Araújo (Org.). **Educação Inclusiva**: Concepções e Práticas. Évora: CIEP, 2009.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T.; MOREIRA, W. W.. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.14, n.2, Marília Maio/Aug. 2008.

_____. **Resolução CNE/CEB N.4/2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009a.

RIBEIRO, R. S.; MONTENEGRO, S. M.. A Geografia da inclusão ou a inclusão na Geografia. In: NOGUEIRA, R. E. (Org.). **Geografia e inclusão escolar: teoria e práticas**. Florianópolis: Edições do Bosque, 2016.

ROMA, A. C.. Breve histórico do processo cultural e educativo dos deficientes visuais no Brasil. **Revista Ciência Contemporânea**, jun./dez. 2018, v. 4, n. 1, p. 1-15.

ROSS, P. R.; SILVA, P. V. T.. O senso de pertencimento de deficientes visuais em relação aos pisos táteis. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 8, n. 1, p. 161-179, 2013.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C.. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. MEC, SEESP, 2007.

SANTANA, A. C. F.. A importância da comunidade surda, identidade surda e a cultura surda. **Anais VII CONEDU - Edição Online...** Campina Grande: Realize Editora, 2020.

SANTOS, M. A. G. N.; PEREIRA, M.. Esporte e Inclusão: Um Estudo sobre Acessibilidade. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 176–206, 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço-técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **Território, Territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – AGB. Niterói, 2002.

SANTOS, M. J.. **A escolarização do aluno com deficiência visual e sua experiência educacional**. 2007.

SANTOS, T. B.. **Ensaio sobre educação e política: A Geografia como instrumento de debate**. Maceió, 2021.

SARRAF, V. P.. Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência - benefícios para todos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 6, jun. 2018.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – **Comitê de Ajudas Técnicas**, 2007.

SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed, Rio de Janeiro, WVA, 2010.

SILVA, J. Y.. Além do olhar: A atuação de Dorina Nowill na Educação especial para cegos. **Anais VI CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2019.

SILVA, M. S. F.; SILVA, E. G.. O Ensino de Geografia e a construção dos conceitos científicos geográficos. **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristovão, 2012.

SILVA, M. A. S.. Por uma Geografia das Emoções. **GEOgraphia**, v.18. n.38, p.99-119, 2016.

SILVA, M. A. S.. Pensar e sentir para (re)existir: Geografias emocionais e fotobiografias de estudantes de Geografia. **Revistaedugeo: Revista Brasileira de Educação em Geografia**, 2020.

SIMIM, M. A. DE M.; *et al.* Futebol de cinco para deficientes visuais. **RBFF - Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 7, n. 24, p. 231-236, 2 jul. 2015.

SOUZA, M. L.. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.p. 21-42.

SOUZA, P. P. U.. Educação de surdos no Brasil: uma narrativa histórica. **V Congresso Nacional de Educação**. Olinda, PE, p. 1-9, 2018.

SKLIAR, C. **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação,1997.

SUERTEGARAY, D. M. A.. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Rev. Scripta Nova**. Vol. V, Universidad de Barcelona, 2001. p. 79 - 104, 2001.

STROBEL, K.. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

TURCHIELLO, P.; *et al.* Atendimento Educacional Especializado - AEE. In: SILUK, A. C. P. (Org.). **Atendimento Educacional Especializado – AEE: contribuições para a prática pedagógica**. 1 ed., 1 reimpr. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação - CE. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2014.

Unesco. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO; 1990.

WATKINS, M.. Teachers’ tears and the affective geography of the classroom. **Emotion, Space and Society**, 4(3), 2011, p. 137–143.

WESTLY, B.; MACLEAN, M. J.. A conceptual model for communication research, **Journalism Quarterly**, vol 34, p. 31-38.

WRIGLEY, O.. The politics of deafness. **Gallaudet University Press**, 1996.

ZATTA, C. I.; AGUIAR, W. G. O uso de imagens como recurso metodológico para estudar Geografia. III COLÓQUIO DOCÊNCIA E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DIFERENÇAS E DESIGUALDADES NO COTIDIANO ESCOLAR. **Anais [...]**, p. 2375-8, 2009.

**APÊNDICE A – OFICINA: O SOLO E SUAS CLASSIFICAÇÕES E MÚLTIPLAS
FUNÇÕES**

Oficina: O solo e suas classificações e múltiplas funções - 3º ano / Ensino Médio	
Nº do plano: 01	
Nº de aulas: 01	
Aula de () 50 minutos / (X) 40 minutos	
Data: 16/08/2023	

Objetivo(s)	Conteúdo	Desenvolvimento – 40min	Técnicas e Recursos	Avaliação	Referências <i>textos acadêmicos</i>
Compreender o que é o solo.	O que é solo? Classificação e suas múltiplas funções.	<p>Motivação: Inicie perguntando se os alunos já utilizaram o solo e como? E relacione com conteúdo. (5 minutos)</p> <p>Apresentação: Comece explicando o que é solos? E como podem ser classificados e também como tem múltiplas funções e seus usos. (25 minutos)</p> <p>Ação: Apresenta os tipos de solos argilosos e arenosos.</p> <p>Assim, se divide em grupos de 4 alunos para identificar essas amostras através das texturas e outros elementos como as cores. Dessa forma, espere uns 15 minutos para os alunos descreverem e responderem para debater as respostas encontradas.</p> <p>Reflexão: Faça uma reflexão sobre a importância do uso dos solos para plantações tanto para natureza quanto para toda a sociedade. Desse modo, cite alguns exemplos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro/lousa; - Giz/piloto; - Projetor; - Apresentação de slide - Amostra de solos argilosos e arenosos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação dos alunos durante as aulas; - Diálogos e debates relacionados ao tema proposto. 	<p>CHERNICOFF, S.; WHITNEY, D.. Geology: an introduction to Physical Geology. 3. ed. Boston: Houghton Mifflin Company, 2002. p. 163.</p> <p>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.</p> <p>Manual Técnico de Pedologia. Ed. 3, Rio de Janeiro, 2015.</p>